

Indicação de Messias avança com derrubada do veto à dosimetria

A base do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negocia com os senadores, tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto no plenário, a aprovação do nome indicado para ser o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) nesta se-

mana. Em troca da votação a favor do AGU Jorge Messias, os deputados e senadores governistas vão evitar qualquer manobra mais intensa contra a derrubada do veto ao PL da Dosimetria, que reduz penas a condenados pelos atos de 8 de janeiro. **Política 5**



RODRIGO DIB

Recorde de emprego, com recorde de jovens em funções em extinção

Opinião 3

Ex-presidente do BRB quer fazer acordo por delação premiada
Política 6

Eleições 2026: prazo para regularizar pendências vai até dia 6 de maio

Eleitores que pretendem votar nas eleições de outubro têm até o dia 6 de maio para regularizar suas pendências na Justiça Eleitoral. Prazo deve ser observado por quem quer tirar o título, regularizar, fazer biometria e transferir domicílio. **Política 8**

Daniel projeta marca em áreas pouco exploradas

Governador Daniel Vilela decidiu dar continuidade no modelo de gestão de Caiado, mas quer se sobressair em áreas como infraestrutura, tida por analistas como o setor que necessita de maior atenção na gestão. **Política 6**

Divulgação/SME



Escola ganha protagonismo no cuidado à saúde mental

Projeto aprovado na Câmara reforça debate sobre o crescimento de casos de TEA, TDAH e ansiedade e amplia papel da escola no acolhimento e na identificação precoce. **Cidades 9**

Denúncias levam a pedido para afastar secretário

Abaixo-assinado pede reabertura de serviços e responsabilização, enquanto representação ao MP-GO aponta falhas na gestão da saúde na Capital. **Cidades 11**

Reunião da CCJ não deve votar projetos enviados por Mabel

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Goiânia não deve analisar os projetos considerados prioritários pela Prefeitura de Goiânia na reunião desta quarta-feira (29). Nenhum projeto do Paço Municipal está previsto na pauta da sessão do colegiado. A tramitação de projetos do Executivo na CCJ tornou-se o pivô de uma tensão entre o prefeito e o presidente da comissão, o vereador Luan Alves (MDB). **Política 2**

Inflação abaixo do esperado na 1ª quinzena de abril

O IPCA-15 deste mês veio abaixo das previsões de consultores e analistas, que esperavam alguma coisa ao redor de 0,98%. Mas a taxa efetivamente registrada pelo IBGE ficou em 0,89%, índice muito próximo do IPCA de março, na faixa de 0,88%, de 4 e 31 daquele mês. **Econômica 4**

Cooperação Goiás e EUA é motivo de críticas do Planalto

A venda de mineradora Serra Verde, na cidade goiana de Minaçu, a uma empresa dos Estados Unidos e o acordo firmado por Ronaldo Caiado com norte-americanos reacendem debate sobre controle, exploração e industrialização de minerais estratégicos no Brasil. **Economia 4**

Mulheres ganham 21,3% menos que homens no Brasil

Mesmo com a alta na participação feminina em diferentes setores do mercado de trabalho, a desigualdade salarial persiste e pouco avança desde 2023. **Negócios 17**

“Feito Pipa” vence duas categorias em Guadalajara

Produção brasileira é premiada nas categorias de Melhor Filme e de Melhor Interpretação na seção Maguey, voltada a obras com temáticas LGBTQ+, em festival no México. **Essência 15**

Toninho Duetto fala de mercado e começo em Goiás Velho

Essência 13

divulgação



LEIA NAS COLUNAS

Xadrez: Valdivino “mãos de tesoura” nos gastos superfluos do GDF

Política 2

Esplanada: Hoje é o Dia B de “Bessias” para o advogado e AGU Jorge Messias

Política 6

Livraria: Pedidos de conselhos à mulher com quem tinha duros debates

Essência 14



Dólar: (paralelo) R\$ 4,98 | Dólar: (comercial) R\$ 4,982 | Euro: (Comercial) R\$ 5,833 | Boi gordo: (Média) R\$ 358,40 Poupança: 0,3715% | Ouro: R\$ 737,61 | Bovespa: -0,51%



Negócios: (62) 3095-8722
Classificados: (62) 3095-8700
Leitor: (62) 3095-8772 | editor@ohoje.com.br



Tempo em Goiânia
Dia de sol, com muitas nuvens à tarde. À noite a nebulosidade diminui.



Xadrez
Wilson Silvestre

(62) 99314-0518 | (61) 99613-6831

xadrez@ohoje.com.br

Com Thiago Borges e Bruno Costa

Sem estresse – A pré-candidata a deputada estadual e primeira-dama de Mineiros, Ana Paula Rezende, disse que não teme a judicialização de sua filiação por movimentação dos descontentes. Em entrevista ao Blog do DK, ela afirmou que segue “tranquila”.

Valdivino “mãos de tesoura” nos gastos supérfluos do GDF

A chegada de Valdivino Oliveira à Secretaria de Economia do Distrito Federal expôs, com mais franqueza, o tamanho do problema fiscal herdado. Em menos de um mês no cargo, o secretário deixou claro que a prioridade é evitar que a “bomba estoure” até o fim do ano.

O diagnóstico é de que, após anos de superávit, o Governo do Distrito Federal passou a operar no vermelho, com dois anos seguidos de déficit bilionário e uma tendência preocupante para 2026, com risco de um rombo na casa dos R\$ 5 bilhões.

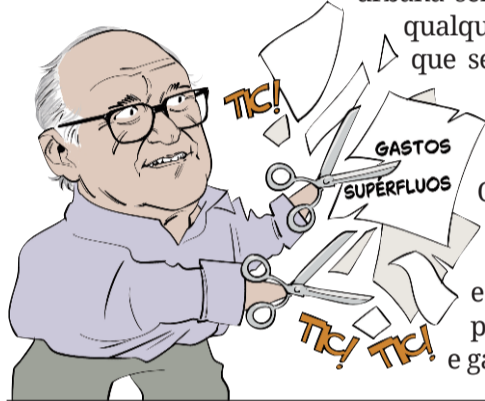
A ordem é cortar despesas supérfluas, renegociar contratos e impor disciplina ao gasto público. E o prazo é curto. A governadora Celina Leão (PP) pretende virar o jogo antes da eleição.

E o ajuste fiscal tem um agravante: o Banco de Brasília. Como é um banco estatal, a saúde da instituição está diretamente ligada ao caixa do governo. Sem liquidez no GDF, não há sustentação para a instituição. Por isso, salvar o BRB virou prioridade. E com relógio correndo, já que há prazo dado pelo Banco Central.

Para fechar essa conta, Valdivino pretende apostar em duas frentes. De um lado, corte de gastos. Do outro, a tentativa de reforçar o caixa com a securitização da dívida ativa, estimada em R\$ 52 bilhões, e a busca por recursos, inclusive via Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A meta é recompor as perdas que giram em torno de R\$ 8 bilhões após o episódio envolvendo o Banco Master.

Ao mesmo tempo, Celina Leão trabalha para amenizar a crise, prometendo ao contribuinte brasileiro que não haverá qualquer tipo de aumento de impostos. A aposta é na eficiência da máquina pública e na capacidade atual de arrecadação. Saúde e zeladoria urbana serão as prioridades, ou seja, qualquer economia, por menor que seja, será direcionada para essas áreas.

O problema é que estamos em um ano eleitoral. O significa que não há espaço para erro. Se der certo, o governo recupera o fôlego e salva o banco. Se falhar, o problema deixa de ser local e ganha dimensão nacional.



Marussa assume relatoria ambiental

Fazia tempo que um parlamentar goiano, tradicionalmente restrito ao baixo clero, não assumia uma relatoria tão importante nesta legislatura. Mas isso mudou com Marussa Boldrin (Republicanos-GO), que foi escolhida relatora do PL que exige verificação prévia e garante defesa em embargo ambiental feito por imagens de satélite.

Reunião da CCJ não deve analisar projetos do Paço

Matérias de autoria da gestão Mabel estão fora da pauta. Presidente da comissão, Luan Alves (MDB) afirmou que as matérias serão analisadas “assim que possível”

Thiago Borges

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Goiânia não deve analisar os projetos considerados prioritários pela Prefeitura de Goiânia na reunião desta quarta-feira (29). Nenhum projeto do Paço Municipal está previsto na pauta da sessão do colegiado.

Dezoito projetos estão na pauta da reunião desta quarta, além da análise de um veto do Poder Executivo a um texto da vereadora Daniela da Gilka (PRTB), que institui o programa municipal de capacitação para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) do terceiro setor na Capital.

A tramitação de projetos do Executivo municipal na CCJ tornou-se o pivô de uma tensão entre o prefeito Sandro Mabel (União Brasil) e o presidente da comissão, o vereador Luan Alves (MDB).

Mabel pressiona os vereadores para que as matérias sobre os programas Morar no Centro e Meu Uniforme, além do Programa de Autonomia Financeira das Unidades de

Saúde (Pafus) e a regulamentação da concessão de benefícios previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, avancem no Legislativo. A irritação do prefeito é, sobretudo, pelo conteúdo dos projetos. A avaliação de Mabel é de que se tratam de matérias importantes para o município.

Ao O HOJE, Luan afirma que os projetos do Paço “serão analisados assim que possível”. O presidente da CCJ já deixou claro que não dará prioridade para matérias de autoria do Executivo municipal e que a tramitação dos textos de Mabel seguirá o mesmo rito que qualquer outro.

O vereador explica para a reportagem que a pauta da reunião desta semana é a mesma da semana passada. Na última quarta-feira (22), não houve sessão da CCJ em razão da falta de quórum. Na ocasião, o emedebista negou que houve qualquer tipo de manobra ou retaliação à prefeitura em razão do destempero entre as partes.

Tratativa com Policarpo

Fato é que a situação das

Bia Kicis líder

Bia Kicis (PL-DF) assumiu a liderança da Minoria no Congresso Nacional e ampliou a visibilidade para sua pré-candidatura ao Senado. À frente do novo cargo, promete priorizar o combate às facções e a derrubada do veto ao Projeto de Lei da Dosimetria.

Olha o Renan aí

A divulgação da pesquisa AtlasIntel nesta terça (28) movimentou as redes sociais após Renan Santos (Missão) aparecer mais uma vez em terceiro lugar, com 5,3%, à frente de Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo).

Cenário desafiador

A pesquisa também revelou que a oposição chega a 52,8% das intenções de voto, indicando um cenário desafiador para Lula (PT). Diferente da eleição de 2022, quando contou com os votos de Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT), desta vez os eleitores dos derrotados tendem a ir de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno.

Inelegível

A ex-vice-prefeita de Luziânia, Ana Lúcia de Sousa e Silva (PSDB), foi condenada por difamação contra o prefeito Diego Sorgatto (União Brasil). Rompidos desde 2021, o caso terminou com pena de 9 meses. A Justiça também determinou comunicação ao TRE-GO para eventual suspensão de direitos políticos após o trânsito em julgado.

Gayer pede isenção

Gustavo Gayer (PL) apresentou requerimento de urgência para levar direto ao plenário projetos que retomam a isenção de imposto sobre compras internacionais de até US\$ 50. Ele se antecipa ao governo, que passou a discutir rever a “taxa das blusinhas” em ano eleitoral, medida que ele próprio criou.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Motta define presidente e relator da PEC do fim da escala 6x1

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou nesta terça-feira (28) o presidente e o relator da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho semanal 6x1.

Motta anunciou que o deputado Leo Prates (Republicanos-BA) será o relator, enquanto a presidência do colegiado ficou a cargo de Alencar Santana (PT-SP). O chefe do Legislativo manteve segredo sobre os escolhidos para evitar pressão tanto de governistas quanto da oposição.

A comissão especial será instalada nesta quarta-feira (29). Durante coletiva de imprensa, Motta ressaltou que a condução das discussões sobre a redução da jornada de trabalho precisa ser equilibrada e com objetivo de buscar justiça para os trabalhadores brasileiros.

“Vamos aumentar a produtividade, porque o trabalhador estará muito mais disposto quando estiver em ambiente de trabalho”, destacou. O presidente da Casa Baixa anunciou os nomes ao lado dos deputados escolhidos e do líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (RS), e do PDT, Mário Heringer (MG). Nenhum representante da oposição estava presente.

O colegiado tem 40 sessões do plenário para tratar sobre a PEC. Entretanto, Motta trabalha para que o texto chegue ao plenário da Casa até o fim de maio. O presidente da Câmara disse que é favorável à proposta, mas destacou a necessidade de discussão para construir o texto. **(Especial para O HOJE)**

Millena Cristina/Câmara Municipal



Nenhum projeto do Paço Municipal está previsto na pauta da sessão do colegiado desta quarta

matérias do Paço que ainda não avançaram na CCJ é tratada por Mabel junto ao presidente da Câmara, Romário Policarpo (Cidadania). Como mostrado pelo O HOJE, o prefeito já tratou sobre o assunto com o chefe do Legislativo municipal e pretende resolver o impasse. A interlocução com Luan também envolve o líder do prefeito, o vereador Wellington Bessa (Mobiliza).

Além disso, o vereador ressalta que somente Policarpo pode avocar projetos da CCJ para o plenário da Casa de

Leis, mas afirma não crer que isso acontecerá. “Não acredito que ele irá fazer. Nunca fez e não fará”, diz Luan.

Respaldo do Regimento Interno

O presidente da Câmara possui respaldo do Regimento Interno para, caso uma matéria não receba qualquer parecer dentro de dez dias úteis, avocar o texto, ou seja, levar o projeto para outra comissão ou ao plenário da Casa. Na prática, avocar um dos projetos do Paço signifi-

caria dar continuidade à tramitação da matéria sem a análise da CCJ.

Apesar de nenhum projeto de Mabel estar previsto na pauta da CCJ desta quarta, existe a possibilidade de parlamentares da base que compõem o colegiado pautarem os textos da prefeitura via inclusão e inversão. O instrumento regimental já foi utilizado outras vezes pelos aliados do prefeito. Atualmente, nove dos 13 vereadores que formam o colegiado são da base. **(Especial para O HOJE)**

Recorde de emprego, com jovens em funções em extinção

Rodrigo Dib

João tem 19 anos, mora na periferia de São Paulo e conseguiu seu primeiro emprego com carteira assinada. Auxiliar logístico. Jornada puxada. Tarefas repetitivas. Salário abaixo da média nacional. Para as estatísticas, João é parte de um recorde histórico. Para o futuro, ele pode estar entrando numa função que não existirá daqui a poucos anos. E esse é exatamente o ponto que poucos no Brasil estão discutindo com a seriedade que o momento exige.

O Brasil encerrou 2025 com a menor taxa de desemprego da série histórica iniciada em 2012: 5,1%, segundo o IBGE. O País atingiu 103 milhões de pessoas ocupadas. O rendimento médio dos trabalhadores também alcançou o maior nível da série. São, objetivamente, os melhores números do mercado de trabalho brasileiro de toda a história. Quando você abre os dados, aparece uma realidade bem menos confortável.

Pesquisa do FGV Ibre baseada em microdados da PNAD Contínua mostra que metade dos jovens de 18 a 24 anos está concentrada em apenas 20 ocupações: balconistas, escriturários, auxiliares de limpeza, caixas, operadores de telemarketing. Funções de baixa complexidade, alta rotatividade e baixo salário. O rendimento médio mensal desse grupo é de R\$1.815. A renda média nacional: R\$3.315. Uma diferença de quase 45%.

A taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos chegou a 14,9% no primeiro trimestre de 2025, quase o dobro da média nacional de 7%, segundo o IBGE. E entre 2019 e 2024, a ocupação dos jovens cresceu 4,2% enquanto a dos adultos de 30 a 59 anos cresceu 8,6%. O mercado aqueceu. Mas não aqueceu igual para todo mundo.

Tem ainda um dado que passou quase despercebido no noticiário de janeiro de 2026: o Caged fechou 2025 com 1,27 milhão de empregos formais, queda relevante em relação a 2024, indicando desaceleração no ritmo de criação de empregos formais. O governo celebrou o saldo positivo. A imprensa destacou o recorde de desemprego baixo. Ninguém parou para notar que o mercado formal está desacelerando exatamente no momento em que a automação está acelerando.

Existe um conceito simples na economia do trabalho chamado learning by doing, aprender fazendo. As primeiras funções de uma carreira não existem só para produzir. Existem para formar. O analista júnior que organiza dados aprende a interpretar dados. O redator de entrada aprende a estruturar argumentos. O assistente de atendimento aprende a lidar com pessoas sob pressão. Essas funções são degraus, não destinos. O que está acontecendo agora é que a inteligência artificial chegou exatamente nesse ponto. Não no topo da escada. No primeiro degrau.

Em abril de 2026, economistas do Goldman Sachs publicaram a análise mais precisa já feita sobre o impacto real da IA no mercado de trabalho, baseada em dados reais de folha de pagamento, não em projeções. A IA está eliminando, líquido, 16 mil empregos por mês nos Estados Unidos. A substituição destrói 25 mil posições mensais; a criação de novas funções repõe apenas 9 mil. Quem absorve o impacto primeiro: trabalhadores entre 22 e 25 anos, que experimentaram queda de 16% no emprego em funções expostas à IA em menos de três anos.

Os setores mais afetados são: entrada de dados, suporte ao cliente, redação básica, análise elementar e suporte administrativo. Exatamente as funções onde metade dos jovens brasileiros está concentrada. O mesmo Goldman Sachs publicou, na mesma semana, um segundo estudo baseado em 40 anos de dados individuais: trabalhadores deslocados por tecnologia levam em média dez anos para recuperar a trajetória salarial que teriam tido em condições normais. Os economistas chamam isso de scarring, cicatriz de carreira. Não é metáfora. É o que acontece quando uma geração passa os anos formativos sem acumular a experiência que deveria.

Existe uma ironia que precisa ser nomeada: quem está chegando agora ao mercado é a geração mais fluente em inteligência artificial de toda a história do trabalho. São jovens que usam agentes de IA no dia a dia, que constroem projetos com modelos de linguagem, que chegam às empresas já operando ferramentas que seus gestores de 45 anos ainda estão tentando entender.



Tânia Rêgo/ABR

E são exatamente essas pessoas que estão absorvendo o maior impacto da substituição por IA. Não por incapacidade. Mas porque estão concentradas exatamente nas funções que a IA aprendeu primeiro a executar, funções que historicamente serviram de porta de entrada e de escola ao mesmo tempo. A competência técnica chegou. A oportunidade de aplicá-la dentro de uma carreira estruturada, ainda não.

O Brasil está envelhecendo mais rápido do que consegue criar riqueza. A PNAD 2025 do IBGE confirma: a proporção de brasileiros com menos de 30 anos caiu de 49,9% para 41,4% desde 2012. O grupo com 60 anos ou mais já representa 16,6% da população. A taxa de fecundidade chegou a 1,57 filho por mulher, abaixo do nível de reposição de 2,1. A população brasileira deve parar de crescer em 2041.

Isso significa uma coisa simples e inescapável: o País depende de que os jovens de hoje construam trajetórias sólidas. Com salários crescentes. Com contribuição previdenciária acumulada ao longo de décadas. Não existe outro caminho, não existe matematicamente.

Quando essa geração entra no mercado em funções de baixo salário, alta rotatividade e alto risco de automação, o problema não é só social. É fiscal. É o tipo de conta que aparece no balanço do INSS daqui a vinte anos e faz todo mundo perguntar como não vimos isso vindo.

Trabalho há mais de duas décadas com jovens e mercado de trabalho. Hoje, à frente do CIEE, vejo esse mercado de dentro e de fora, do lado dos jovens e do lado das empresas, ao mesmo tempo. E o que décadas de experiência e os dados mostram em conjunto é que três mudanças são urgentes. E ninguém está tomando a sério o custo de não fazê-las:

O Caged precisa evoluir. Medir só o volume de vagas abertas em 2026 é como avaliar a saúde de um país pelo número de refeições servidas, sem checar o valor nutricional. É possível e necessário criar um índice de qualidade do emprego jovem que inclua potencial de automação da função, faixa salarial em relação à média e mobilidade ocupacional em 24 meses. Sem isso, continuamos comemorando números que escondem uma crise.

Para as empresas: eliminar posições de entrada em nome da eficiência de curto prazo é uma conta que vai cobrar juros. Sem base, não existe topo. Quem não forma júnior hoje não terá liderança sênior amanhã e vai pagar por isso no mercado de talentos daqui a uma década, quando a conta chegar e não houver de onde tirar.

Para o sistema educacional: as habilidades que a IA não substitui, julgamento contextual, negociação, resiliência, colaboração, leitura emocional de situações complexas, comunicação que convence, precisam ser desenvolvidas antes da entrada no mercado, não depois. O Brasil tem mais de 7 milhões de jovens no ensino médio. É ali, e não na faculdade, que a janela de intervenção mais eficiente ainda está aberta.

O Caged de 2025 mostra 1,27 milhão de novos empregos formais. É real. Mas não responde às perguntas que mais importam: que tipo de emprego é esse? Quanto ele paga? Quanto ele ensina? E esse emprego ainda existirá daqui a dez anos?

O João, de 19 anos, da periferia de São Paulo, não está fazendo essas perguntas. Ele está aliviado por ter conseguido o primeiro emprego. Tem todo o direito de estar.

A questão é quem está fazendo essas perguntas por ele. E com que urgência. O Brasil nunca teve tantos jovens trabalhando. E talvez nunca tenha corrido tanto risco de desperdiçá-los. O problema não é a falta de trabalho, formal ou informal. É a falta de caminho.



Rodrigo Dib é superintendente Institucional do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)

CARTA DO LEITOR

Juntos contra o suicídio

Hoje irei abordar um tema de extrema importância e que preocupa muito: o suicídio. São registrados cerca de 12 mil suicídios todos os anos no Brasil e mais de 16 milhões no mundo. Trata-se de uma triste realidade, que registra cada vez mais casos, principalmente entre os jovens. Cerca de 96,8% dos casos de suicídio estavam relacionados a transtornos mentais. Em primeiro lugar está a depressão, seguida do transtorno bipolar e abuso de substâncias. Por isso, se você conhecer alguém que já tentou ou pensa em cometer, ajude esta pessoa e se possível leve ela até um profissional.

Rogério Silva
Goiânia

CONTA PONTO

Trata-se de uma entidade que será bastante colaborativa com o poder público, com o nosso governo, uma vez que é uma iniciativa inteligente, que fortalece justamente a região que mais impulsiona o crescimento do nosso estado"

Daniel Vilela (MDB), governador de Goiás, nesta terça-feira (28), ao participar do lançamento do Conselho de Desenvolvimento Regional Vale do Sudoeste (Codevas), iniciativa voltada ao fortalecimento e à integração dos municípios da Região Sudoeste de Goiás. O Codevas é resultado da parceria entre os conselhos de Desenvolvimento Econômico de Rio Verde (Coderv) e o de Jataí (Codeja) e se consolida como uma estratégia articulada para impulsionar a economia regional, promovendo maior cooperação entre os municípios. "A gente tem que ter orgulho, satisfação de sermos filhos dessa terra, de sermos partes dessa história gloriosa, bonita. Essa é a região que representa o setor que é responsável pela credibilidade e pelo sucesso econômico do nosso Estado e do nosso País."

INTERAJA CONOSCO



@g.ohoje

Uma operação de alcance nacional foi deflagrada nesta terça-feira (28) para combater crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes em todo o Brasil. A ação é coordenada pela Polícia Federal, em parceria com polícias civis de diversos Estados. Ao todo, estão sendo cumpridos 159 mandados de busca e apreensão e 16 de prisão preventiva, simultaneamente em todas as unidades da Federação. A ofensiva mobiliza 503 policiais federais e 243 policiais civis, com participação de equipes da Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins. Leia a matéria completa em ohoje.com. Curtiu a publicação a leitora.

Layane de Vasconcelos (@vscll_lay)



@jornalohoje

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, defendeu a aplicação de punições mais rigorosas para integrantes do Judiciário envolvidos em irregularidades. Em artigo recente, ele citou práticas como peculato, prevaricação e tráfico de influência como condutas que devem receber sanções mais severas. Leia a matéria completa em ohoje.com.

Aos colaboradores do O Hoje: Artigos para este espaço devem conter no máximo 4.000 caracteres e também podem ser divulgados no portal **ohoje.com**. São analisados os textos enviados, com foto e assinatura, para editor@ohoje.com.br. Cartas não podem ultrapassar 800 caracteres e o endereço para envio é o mesmo dos artigos. Mais informações podem ser obtidas pelo (62) 3095-8742.

Divulgação/Sigma Lithium



Segundo ministro, memorando não se sustenta juridicamente

Cooperação entre Goiás e EUA é motivo de críticas do governo

João César Almeida

A exploração de terras raras em Goiás continua no centro de disputas por controle das minas. Na última semana foi anunciado a venda da mineradora Serra Verde, que era responsável pela única mina de minerais críticos fora da Ásia, localizada na cidade de Minaçu, para a empresa USA Rare Earth. Além dessa venda, em março deste ano, o ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) assinou um memorando de entendimento entre Goiás e os Estados Unidos (EUA) para cooperação no setor de minerais. Recentemente, o governo federal teceu críticas a esse modelo de exploração. Primeiramente, ainda em março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o interesse internacional sobre esses minerais e defendeu que o País avance na industrialização, em evento da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Celac-África. Mais recentemente, no dia 24 de abril, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Márcio Elias Rosa, declarou que “o subsolo brasileiro pertence à União”.

Durante o programa “Bom dia, Ministro”, da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), o ministro respondeu à repórter do jornal O HOJE, Marina Moreira, que questionou sobre quem seria responsável pela ação de assinar o acordo de cooperação. Segundo Rosa, o acordo que o governo goiano firmou não produz nenhuma obrigação legal e não há nenhum risco de o País sofrer qualquer sanção se o descumprir.

Mesmo assim, o ministro avalia que “é possível que haja boa intenção e um pressuposto legítimo de levar o desenvolvimento para o Estado motivando alguém a fazer uma negociação desse tipo, mas do ponto de vista jurídico, ela não se sustenta”.

Em resposta enviada à Agência Brasil, o governo de Goiás rebateu às críticas federais sobre o memorando. De acordo com o executivo goiano, o governo federal demorou a agir para regulamentar a exploração e o processamento de terras raras no Brasil. “Goiás não ficou parado e tem buscado trazer tecnologia para separação e processamento dos minerais críticos, firmando acordos com os EUA e com o Japão que visam agregar valor aos minerais extraídos”, continua.

O governo estadual defende que o acordo estabelece ações colaborativas em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e formação de pessoal, com foco na cadeia produtiva das terras raras. A iniciativa visa aumentar a competitividade de Goiás e do Brasil no panorama mundial.

Segundo o secretário de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás, Joel de Sant’Anna Braga Filho, “A entrada de um novo investidor internacional reforça os esforços do Governo de Goiás para consolidar o Estado como referência no setor de minerais críticos”. Com isso, na visão dele, a tendência é que a chegada de uma empresa para a ampliação da produção gere impactos positivos à economia regional.

Entre os pontos positivos apresentados estão a geração de empregos, aumento da arrecadação, dinamização da cadeia produtiva e atração de novos investimentos. Dentre as ações que vão proporcionar esses avanços, o titular da pasta destaca que a estratégia de agregação de valor à matéria-prima ainda no local traz benefícios, com foco em industrialização local e desenvolvimento tecnológico.

Muitos desses avanços estão alinhados ao Plano Estadual de Recursos Minerais (PERM), que estabelece diretrizes de longo prazo para o setor, com foco em sustentabilidade, inovação e segurança jurídica. Um dos desdobramentos recentes deste plano, com impacto direto no território goiano, foi a parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para a criação do Centro de Ciências e Tecnologia Mineral, com investimento previsto de R\$ 28 milhões.

A atuação do Centro será focada em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e capacitação profissional, com ênfase em terras raras e outros minerais estratégicos. “A iniciativa deve elevar o nível tecnológico do setor, ampliar a qualificação da mão de obra e favorecer a disseminação de boas práticas para outros empreendimentos minerais no Estado. O objetivo estratégico do Governo de Goiás é ir além da exportação de minério, promovendo a transformação dessa riqueza em desenvolvimento industrial e tecnológico”, ressalta Joel de Sant’Anna Braga Filho. **(Especial para O HOJE)**



Econômica

Lauro Veiga Filho

| economica@ohoje.com.br

Inflação veio abaixo do esperado na primeira quinzena de abril

Medido entre 18 de março a 15 de abril, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) deste mês veio abaixo das previsões de consultores e analistas a soldo do mercado financeiro, que esperavam, nas apostas mais frequentes do setor, alguma coisa ao redor de 0,98%. Mas a taxa efetivamente registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficou em 0,89%, índice muito próximo do IPCA de março, na faixa de 0,88%, com apuração entre os dias 4 e 31 do mês passado. Nessa comparação, a despeito das pressões inflacionárias desencadeadas pelo conflito no Oriente Médio, os preços em geral aqui dentro experimentaram certa estabilidade nas duas primeiras semanas de abril.

A guerra continua gerando mortes e turbulências, com fortes oscilações nos preços do petróleo, com o barril do óleo tipo Brent aproximando-se de US\$ 111,10 na cotação de ontem, acumulando alta de 53,1% desde o começo do começo dos ataques de Estados Unidos e Israel contra o Irã, no final de fevereiro. A escalada, como se poderia esperar, tem puxado os preços dos combustíveis aqui dentro, gerando pressões sobre os índices inflacionários desde o mês passado. Divulgado no primeiro dia da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a ser encerrada hoje, quarta-feira, 29, com o anúncio sobre o futuro da taxa de juros – pelo menos até a próxima reunião, agendada para os dias 16 e 17 de junho.

Em março, os combustíveis responderam por quase 31% do IPCA, contribuição elevada agora, nas duas primeiras semanas de abril, para 41,3%. A alta surge mais nitidamente quando analisada a variação média dos

preços dos combustíveis desde o final de fevereiro, quando o IBGE havia registrado recuo de 0,47%. O IPCA-15 de março, cobrindo as duas semanas finais de fevereiro e a primeira quinzena do mês seguinte, trouxe modesto recuo de 0,03% (já indicando alguma elevação nos 15 dias iniciais de março). O aumento nos preços nesta área surgiria com maior nitidez apenas nas medições posteriores, dada a metodologia adotada no cálculo das taxas de inflação, que consideram alterações nos preços médios de produtos e serviços no curso de quatro semanas.

Ritmo altista

No fechamento de março e na quadrissemana encerrada em 15 de abril, os combustíveis chegaram a subir, respectivamente, 4,47% e 6,06%, com altas de 4,59% e de 6,23% naqueles mesmos intervalos para a gasolina. O diesel havia anotado variação de 0,23% em fevereiro, anotando aceleração para 3,77% nas duas semanas iniciais de março e fechando aquele mês com alta de 13,90%, quer dizer, numa elevação de 10,13 pontos em duas semanas. O ritmo de alta anotou alguma inflexão, mas os preços nas bombas saltaram 16,0% nas quatro semanas concluídas em 15 de abril (mais 2,1 pontos percentuais). Mas o peso direto do diesel no custo de vida, sem considerar efeitos de segunda ordem, a exemplo de impactos sobre preços de frete e sobre custos de distribuição, é inferior à influência da gasolina na composição geral do IPCA. Para comparar, enquanto a alta da gasolina influiu diretamente com 35,49% na formação do IPCA-15 de março, a contribuição do diesel no índice geral variou em torno de 4,17%.

BALANÇO

◆ Os preços do etanol nos postos, conforme acompanhamento do IBGE, haviam anotado baixa de 0,61% na medição realizada entre a quinzena final de fevereiro e as primeiras duas semanas de março, mas subiram 0,93% nos 30 dias de março e apresentaram elevação de 2,17% nas quatro semanas finalizadas em 15 de abril, muito embora os preços pagos nas usinas tenham apresentado queda de 12,5% entre as semanas encerradas em 20 de março e 17 de abril.

◆ Em quatro semanas, afeitas até 24 de abril, conforme acompanhamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepa), vinculado à Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’ da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), os preços médios do etanol hidratado haviam despencado 16,9% nas usinas paulistas, que concentram perto de 38,4% da produção brasileira e definem tendências para o restante do País.

◆ Os preços cobrados dos consumidores finais pelo litro do etanol parecem refletir, como sugere o acompanhamento realizado pelo IBGE, as altas registradas pela gasolina, concorrente mais direto do biocombustível, o que abriria espaço para os postos cobrarem mais caro pelo etanol. A persistente tendência de queda nas usinas, no entanto, tende a aliviar aquelas pres-

sões de alta daqui em diante, a depender dos desdobramentos da guerra e do que deverá ocorrer no mercado de combustíveis fósseis daqui para a frente. Concretamente, parece já haver espaço para uma revisão para baixo dos preços do etanol, a despeito das incertezas no mercado.

◆ O segundo fator de alta do IPCA-15 deste mês esteve concentrado nos preços de alimentos e bebidas, com uma anotação positiva: a alta observada na quadrissemana finalizada em 15 de abril, próxima de 1,46%, já veio ligeiramente abaixo do aumento de 1,56% registrado nas quatro semanas de março, refletindo especialmente a desaceleração observada para os preços da alimentação no domicílio. Neste último grupo, a variação média dos preços saiu de 1,94% em março para 1,77% nas duas semanas iniciais de abril.

◆ Na segunda quadrissemana deste mês, como mostram as estatísticas do IBGE, meia dúzia de itens – cebola, cenoura, tomate, leite longa vida, lanches e refeições fora de casa – responderam por pouco mais 68% da inflação dos alimentos.

◆ Os focos altistas foram parcialmente compensados pela queda de 14,32% nos preços das passagens aéreas, que haviam subido 6,08% em março. As oscilações das tarifas são uma constante no setor, que parece ter decidido “devolver”

a alta ocorrida em março, que havia de certa forma “surpreendido” os mercados.

◆ No setor de serviços, onde os preços têm demonstrado maior resiliência, a inflação desabou para 0,02% nas quatro semanas terminadas em 15 de abril, depois de alta de 0,53% em março, conforme registra a economista Luciana Rabelo, do Itaú BBA. O mercado antecipava alguma desaceleração, mas num ritmo ligeiramente menos intenso do que aquela registrada pelo IBGE.

◆ Não deixa de ser uma boa notícia em meio a incertezas e a inseguranças aguçadas pela guerra. Serve pelo menos como um aceno para a turma do Copom, ao reforçar que os focos de pressão estão especialmente concentrados nos setores mais diretamente afetados pelo conflito. Mais diretamente, a manutenção dos juros nos níveis atuais e, pior ainda, qualquer elevação da taxa básica na reunião ainda em curso no Copom, tenderia a ser contraproducente, agravando as condições de endividamento e de comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas, produzindo maior inadimplência e arrocho sobre o consumo. Sem que o estrago produzido resulte em qualquer melhoria para setores que, ao final e ao cabo, têm seus preços definidos pelo mercado internacional. **(Especial para O HOJE)**

Goiás projeta movimentar R\$ 23,7 bilhões com bovinocultura

A bovinocultura em Goiás deve movimentar R\$ 23,7 bilhões em 2026, segundo projeção do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). O valor representa crescimento de 7,5%

em relação ao ano anterior e corresponde a 20,3% do Valor Bruto da Produção (VBP) estadual e a 10% do VBP nacional do setor. O desempenho de 2025 sustenta essa estimativa.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Estado abateu 4,2 milhões de cabeças no ano. **(João César Almeida, especial para O HOJE)**

Planalto libera emendas pró-Messias e ignora veto ao projeto da dosimetria

Ricardo Stuckert/PR

Articulação do governo no Senado para aprovar AGU ao STF ocorre junto à expectativa de mais de 300 votos na Câmara pela derrubada do veto de Lula à redução de penas

Bruno Goulart

Às vésperas da sabatina do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) intensificou a liberação de emendas parlamentares e pode adotar uma postura mais flexível em outra frente sensível no Congresso: a votação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Dosimetria, marcada para esta quinta-feira (30).

Nesta terça-feira (28), o Planalto empenhou cerca de R\$ 12 bilhões em emendas parlamentares. Esse movimento significa que o governo reservou os recursos no orçamento e assumiu o compromisso de pagamento. Desse total, R\$ 10,7 bilhões fazem parte dos R\$ 17,3 bilhões obrigatórios previstos para o primeiro semestre de 2026, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O cronograma inclui o pagamento de 65% das emendas individuais, de bancada e das chamadas “emendas PIX”, que são transferências diretas para estados e municípios, com aplicação livre. O aumento no volume chama atenção. No início de abril, o governo havia empenhado apenas R\$ 389,8 milhões, menos de 2% do total.



Base de Lula pode deixar derrubada do veto à dosimetria ocorrer para garantir Messias no Supremo Tribunal Federal

Agora, o percentual já passa de 58%, o que indica uma aceleração na liberação de recursos em meio a negociações políticas decisivas.

A movimentação se dá às vésperas da sabatina de Jorge Messias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, marcada para esta quarta-feira (29). Indicado por Lula em novembro, o AGU precisa de pelo menos 41 votos no plenário da Casa Alta do Congresso para ser aprovado ao STF. O governo afirma já contar com cerca de 45 votos favoráveis.

Apesar disso, há resistência declarada de parte da oposição. Bancadas como PL e Novo já fecharam questão contra o nome, sob o argumento de alinhamento político de Messias com o governo federal. O senador Wilder Moraes (PL) afirmou ao O HOJE que votará contra. “Votarei contra a indi-

cação de Jorge Messias para o STF por entender que ele não preenche os critérios necessários”, afirma o presidente estadual do Partido Liberal.

Já o senador Jorge Kajuru (PSB) declarou que não votará por pressão política. “Eu me recuso a participar desse tipo de negociação. Mas votarei em Messias por méritos dele e jamais por pedido de Lula”, pondera. O deputado Ismael Alexandrino (PSD) avalia que a tendência é de aprovação no Senado. “Acredito que será aprovado tanto na CCJ quanto no plenário”, diz o peessedista. Após a sabatina, o nome segue para votação no mesmo dia no plenário do Senado.

PL da Dosimetria

Paralelamente, o Congresso se prepara para analisar o veto do presidente Lula ao Projeto de Lei da Dosimetria, previsto para esta quinta-feira (30). Nos

bastidores, a expectativa é de que mais de 300 deputados votem para derrubar o veto. O projeto reduz penas de envolvidos na chamada trama golpista, tema que divide governo e oposição e tem forte impacto político.

Diante desse cenário, cresce a avaliação entre parlamentares de que a base governista pode não atuar de forma tão firme para sustentar o veto de Lula. A leitura é de que o governo poderia evitar um confronto direto com o Congresso neste momento, em meio à negociação para garantir apoio à indicação de Jorge Messias ao STF.

A possível derrubada do veto é vista como uma derrota política para o Planalto, mas, ao mesmo tempo, pode fazer parte de uma estratégia de preservação de capital político no Senado. **(Especial para O HOJE)**

Alcolumbre e Messias têm encontro secreto

Pedro Gontijo/Senado Federal

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UB-AP), se reuniu na semana passada com o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, que foi indicado pelo presidente Lula da Silva (PT) em novembro para o Supremo Tribunal Federal (STF). A informação foi levantada pela colunista Monica Bergamo, da Folha de S.Paulo. A assessoria de Alcolumbre nega o encontro.

O encontro, que é tratado como secreto, foi mediado por amigos comuns e ocorreu em Brasília. Além dos dois, estavam presentes os ministros da Suprema Corte Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes e o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG), de acordo com a Folha. A reunião é um marco na tentativa de Messias de ser aprovado pelo Senado para o cargo.

Até então, Alcolumbre se recusava inclusive a recebê-lo para conversar. Por outro lado, a conversa não é garantia de que o nome de Messias será aprovado. Até agora, 43 senadores se comprometeram a votar favoravelmente, conforme aliados do AGU. A margem é considerada apertada, já que são necessários 41 votos para a aprovação.

Resistência à indicação

O presidente do Senado



Presidente do Senado tem se recusado a receber o indicado por Lula. Zanin, Moraes e Rodrigo Pacheco estavam presentes na conversa, diz colunista

manifesta resistência à indicação de Lula porque ficou contrariado com a forma como o petista conduziu o assunto. Alcolumbre tinha um candidato, Pacheco, para o cargo. O nome contava com o endosso também de outros senadores e de ministros do STF.

O presidente da República chegou a conversar com o presidente do Senado e com magistrados sobre a possibi-

lidade de indicar Pacheco, mas acabou por escolher Messias e tornou, assim, o fato público sem qualquer aviso a Alcolumbre, que se sentiu atropelado.

Não se comprometeu

Na conversa com Messias, o presidente do Senado não se comprometeu a fazer campanha para o AGU nem a liberar os votos de parlamentares aliados a seu fa-

vor. Disse, no entanto, que garantiria a Messias um ambiente tranquilo para a sabatina, marcada para a quarta-feira (29), e a posterior votação de seu nome pelo plenário do Senado.

Messias, por sua vez, definiu a situação com Alcolumbre como de “desencontros” e sinalizou entender as razões do descontentamento do senador. **(Marina Moreira, especial para O HOJE)**

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Defesa de Costa comunicou interesse em fazer uma delação

Ex-BRB quer acordo por delação premiada

A defesa do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, comunicou ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), na última segunda-feira (27), o interesse de Costa por um acordo de delação premiada. Os advogados do Executivo também solicitaram a transferência de Paulo do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília (DF).

Preso desde 16 de abril, o ex-presidente do BRB trocou de advogado na última semana. Cleber Lopes deu lugar a Eugênio Aragão e Davi Tangerino. A mudança na defesa de Costa tornou-se um indicativo de que o ex-presidente do BRB busca um acordo de delação premiada, assim como o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Master.

Paulo Henrique foi preso na 4ª fase da Operação Compliance Zero. O ex-BRB é suspeito de negociar propina com Vorcaro. Segundo a Polícia Federal (PF), o dono do Banco Master havia negociado R\$ 146 milhões em pagamentos a Costa. Do valor total, o ex-presidente do BRB teria recebido R\$ 74 milhões, pagos via imóveis de luxo.

As autoridades identificaram seis imóveis que foram repassados de Vorcaro para Costa. Segundo a PF, o ex-banqueiro não concluiu o pagamento pois descobriu que havia um procedimento investigatório sigiloso do Ministério Público Federal (MPF), em abril de 2025, a respeito da negociação entre o dono do Master e o ex-BRB. **(Thiago Borges, especial para O HOJE)**



Esplanada

Leandro Mazzini | reportagem@colunaesplanada.com.br

Com Carol Purificação e Alexandre Braz

O dia B

Hoje é o Dia B, de “Bessias” para o advogado e ex-AGU Jorge Messias, o apadrinhado de Dilma Rousseff, que fez questão de viajar da China ao Brasil para acompanhar sua sabatina no Senado. A expectativa no Palácio do Planalto é que, após meses de lobby, ele seja aprovado no plenário do Senado com uma vantagem de 10 votos. Mas nem tudo está garantido, não. Até ontem, pelo menos 30 senadores estavam “indecisos”. O senador Hamilton Mourão (Rep-RS), ex-vice presidente da República, decidiu subir o tom na CCJ. Em vez do tradicional bate-bola de perguntas e respostas, Mourão fará um pronunciamento, sem abrir espaço para réplica do indicado do presidente Lula da Silva. A manobra é protesto deliberado contra o que a oposição chama de “rolo compressor” do Palácio. Mourão vai citar a falta de “notável saber jurídico” de Messias e o cordão umbilical político que o liga ao presidente, o que fere a independência do STF.

Cleitin e a pipa

A Coluna publicou dia 12 de novembro que a Onda “Cleitin” governador cresce silenciosa em partidos de Minas. O jovem senador aparece há meses em trackings com pontuações relevantes. E bateria até Rodrigo Pacheco (PSD), que pode aparecer candidato de Lula da Silva no Estado. Quem diria.. de saltador de pipa e rapper há quatro anos, a hoje senador e potencial candidato ao Governo do 3º Estado mais rico.

Que Mega Sena!

A 15ª Câmara Cível do TJMG julga amanhã recurso contra decisão que condenou um banco a devolver todo o dinheiro movimentado pela Dataprint Indústria e Comércio de Formulários ao longo de nove anos, com juros e correção monetária. A empresa pediu a restituição e o juiz da 1ª instância curiosamente cravou R\$ 169 milhões – enquanto perícia do banco aponta R\$ 157 mil que, com a correção, chegaria a R\$ 1,8 milhão.

Na canela – 2

Caiu como bomba na sede da Confederação Brasileira de Futebol, a poderosa CBF, a decisão do Tribunal Superior do Trabalho que deu ganho de causa ao jogador Richarlyson contra o Atlético Mineiro. Ele pediu adicional e hora extra por partidas após 22h. Os cartolas sabem que isso abriu precedente perigoso para o caixa dos clubes – e o que não falta é atleta insatisfeito com a rotina de treinos e jogos noite adentro.

Alô, executivos!

O HUB de Economia e Clima do Instituto Clima e Sociedade (iCS) promove, hoje, o webinar “Regulação, Informação e Greenwashing: limites e eficácia da agenda de sustentabilidade no mercado financeiro”, em parceria com a ANPEC. Especialistas irão discutir se os avanços das regras de transparência no mercado têm sido suficientes para reduzir o greenwashing, o chamado marketing verde-sustentável das empresas.

Volta da Cesgranrio

Com larga trajetória na área de educação, a Fundação Cesgranrio adota novas práticas de governança. Retomou e fortaleceu relações com antigos parceiros como a Caixa, Transpetro, Universidade Banco do Brasil e ANBIMA. Presidida agora por Jairo Henrique Pereira, a instituição amplia atuação em concursos, seleções e avaliações, incluindo o Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos.

ESPLANADEIRA

#Vivian Rio Stella e Lilian Dorighello lançaram podcast “Isso não é um problema de comunicação”. #Concurso Cultural do Instituto Sicoob abre inscrições para escolas. #AutoU aplica IA no varejo de combustíveis com Rede São Roque e câmeras 24h. #Knoll apresenta colaborações inovadoras no Salone del Mobile Milano 2026. #Ortobom destaca campanha Ponto Azul com até 50% de desconto e parcelas em até 21x. #Hospital Alvorada Brasília completa 40 anos com atuação em alta complexidade. #Karina e Alan Vivian lançam perfumes capilares. **(Especial para O HOJE)**

Daniel projeta próprio caminho em áreas pouco exploradas por Caiado

Governador prioriza dar continuidade na gestão, mas quer se sobressair na infraestrutura, tida por analistas como setor que necessita de maior atenção

Marina Moreira

Um dos principais questionamentos levantados após a saída do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) do cargo de chefe do Executivo estadual é sobre quais pontos o agora gestor do governo do Estado, Daniel Vilela (MDB), deve focar. O pessedista, que concorre à Presidência da República, deixou o comando de Goiás com grandes índices de aprovação em várias áreas e isso gerou dúvidas sobre qual segmento Daniel deve priorizar investimentos para assegurar um mérito que seja seu e não de Caiado.

No entanto, nota-se que isso não é um fator de preocupação para o emedebista, uma vez que seus discursos são frequentemente marcados pelo lema da continuidade, ou seja, a meta do governador é tomar como base as realizações feitas nos últimos sete anos. Diante desse cenário, observa-se que Daniel busca direcionar investimentos consideráveis para a área de infraestrutura, tida por analistas políticos como um ramo pouco explorado na gestão de Caiado.

Com base nisso, um levantamento da Federação das In-

dústrias do Estado de Goiás (Fieg), com base na Pesquisa CNT de Rodovias 2025, da Confederação Nacional do Transporte, mostra que Goiás passou de 2.140 para 3.592 quilômetros de rodovias em boas e ótimas condições. Desde 2019, a Goinfra investiu mais de R\$ 12 bilhões no setor, com quase R\$ 4 bilhões apenas em 2025. Para o governador, os dados confirmam o impacto direto da prioridade dada pelo Estado à infraestrutura. “O Governo de Goiás tem investido de forma contínua para garantir rodovias mais seguras, eficientes e preparadas para sustentar o crescimento econômico. Estrada boa reduz custos, salva vidas, melhora o escoamento da produção e aproxima oportunidades das pessoas. Esse resultado mostra que o Governo de Goiás está aplicando recurso público em obras que mudam a realidade do Estado”, afirmou o governador.

Para o presidente da Fieg, André Rocha, “o segredo do desenvolvimento do Estado de Goiás foi justamente essa interação entre o poder público e a iniciativa privada, discutindo de forma clara, transparente,



“Inovação aberta é uma das palavras que mais tem que orientar e direcionar Daniel Vilela”, destaca especialista

democrática as melhores políticas públicas para trazer o desenvolvimento ao Estado”. Em concordância com Rocha, o mestre em História e especialista em Políticas Públicas Tiago Zancopé defende a inserção da iniciativa privada na governança do Estado. “Quando o governo abre esse desafio de inovação aberta e traz o privado para participar da gestão pública, o gestor começa a fazer uma política pública de alto nível. Inovação aberta é uma das palavras que mais tem que orientar e direcionar o governador Daniel Vilela”, pontua.

Zancopé avalia quais áreas do governo estadual necessitam de melhorias e destaca o eixo educacional, apesar de ser um segmento que apresenta boas avaliações. O estudioso em Políticas Públicas considera importante o direcionamento de investimentos para as escolas técnicas no sentido de o Executivo estadual considerar essa tarefa como uma responsabilidade de gestão governamental, pois é algo que resulta na formação de mão de obra para o Estado. “Deve haver um reforço nas Escolas do Futuro nessa formação de obra técnica. Me

parece que em Goiás nós conseguimos segurar um pouco esse dilema de um preconceito em torno da formação técnica. E isso é muito bom, mas é algo que pode ser reforçado. Até mesmo do ponto de vista do Estado trazer para si a responsabilidade de formar essa mão de obra.”

“O Estado pode criar dentro da Seduc, ou até mesmo dentro da Secti, uma estrutura que busque verificar a predisposição dos alunos para o ensino técnico e pensar na formação de mão de obra”, salienta Zancopé. **(Especial para O HOJE)**

Divulgação/Secom-GO

Lula assina decreto de livre comércio entre Mercosul e UE

Tratado comercial entre os blocos passa a valer provisoriamente ainda nesta semana

Lalice Fernandes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) formalizou nesta terça-feira (28), no Palácio do Planalto, a promulgação do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, após mais de 20 anos de negociações entre os dois blocos. A partir de 1º de maio, o tratado começa a vigorar de forma provisória, com impacto direto nas relações comerciais.

O texto, aprovado pelo Congresso Nacional em março, estabelece a eliminação gradual de tarifas para a maior parte dos produtos negociados. Pelo cronograma, 91% das importações feitas pelo Mercosul e 95% das realizadas pela União Europeia terão redução de taxas ao longo dos próximos anos, com efeitos imediatos em alguns segmentos.

O acordo também vai além da área comercial. Há previsão de regras para investimentos,



Valter Campanato/ABR

Presidente formalizou nesta terça-feira, no Palácio do Planalto, o acordo de livre comércio

compras públicas e compromissos ambientais, além de medidas para facilitar a atuação de pequenas e médias empresas no comércio exterior, com redução de custos operacionais.

Decreto complementar

Em resposta a pressões de

setores produtivos, o Executivo editou ainda um decreto complementar que define critérios para a adoção de salvaguardas bilaterais em acordos comerciais.

Mesmo com a promulgação, o tratado enfrenta resistências dentro da Europa. Países como França, Bélgica,

Polônia e Irlanda manifestaram oposição e o Parlamento Europeu aprovou um recurso que será analisado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. Ainda assim, a etapa comercial entra em vigor imediatamente, com redução e até eliminação de tarifas em parte dos produtos.

Resistência

O tratado também enfrentou resistência entre agricultores europeus, que foram às ruas no ano passado contra a política agrícola do bloco e, principalmente, contra o acordo Mercosul-UE. **(Especial para O HOJE)**

NA MIRA NOVAMENTE

Vorcaro vira alvo do Bradesco por dívida milionária

O Banco Bradesco acionou a Justiça para cobrar R\$ 834.057,13 em dívidas de cartões de crédito atribuídas ao banqueiro Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master. A cobrança foi protocolada em 13 de abril e trata de débitos pessoais ligados a três cartões diferentes, segundo documentos do processo. Paralelamente, Vorcaro permanece preso preventivamente desde março, em meio às investigações da Operação Compliance Zero, conduzida pela Polícia Federal (PF).

De acordo com a ação, o Bradesco informou que tentou negociar a pendência antes de recorrer ao Judiciário, mas não houve regularização dos valores. No processo, o banco declarou: "Embora os serviços financeiros do requerente tenham ocorrido de forma efetiva e regular, apesar ainda de todos os seus esforços visando uma composição extrajudicial antes da apresentação desta ação ao



Divulgação

Ação por dívida em cartões de crédito expõe nova frente judicial que envolve o banqueiro

Judiciário, o requerido que- dou-se inadimplente".

Como a dívida foi distribuída entre os cartões

Os valores cobrados não estão concentrados em uma única fatura. A ação aponta

débitos em três bandeiras utilizadas por Vorcaro. O maior montante aparece no cartão Mastercard, com R\$ 759.370,26 em aberto. Já o Visa soma R\$ 68.254,24, enquanto o American Express registra R\$ 6.432,63.

A soma dos três valores le-

vou o Bradesco a formalizar o pedido judicial de cobrança. Além disso, a instituição indicou interesse em realizar audiência de conciliação para buscar acordo entre as partes. O banco também sinalizou a possibilidade de conceder desconto para quitação à vista,

caso exista entendimento durante a negociação.

Prisão preventiva amplia cenário judicial

A cobrança apresentada pelo Bradesco não integra diretamente a investigação criminal que envolve Daniel Vorcaro. Ainda assim, o processo surge em um momento de pressão judicial sobre o executivo do Banco Master.

Vorcaro foi preso no início de março durante desdobramentos da Operação Compliance Zero. A investigação da Polícia Federal apura suspeitas de fraudes no sistema financeiro relacionadas à sua atuação no setor bancário.

Com a nova ação, a Justiça deverá analisar inicialmente a possibilidade de conciliação. Se não houver acordo, o processo seguirá para tramitação regular, com cobrança judicial do valor integral e eventuais medidas legais previstas para execução da dívida. **(Thais Muniz, especial para O HOJE)**

NA HORA DE FAZER SUA PUBLICIDADE LEGAL, ESCOLHA A CREDIBILIDADE

- 21 21 anos de história
- 34 mi de impressões nas redes sociais
- 22 mil exemplares impressos diariamente e 1.7 mi assinaturas digitais
- Abrangência em Goiás e Distrito Federal
- Impresso e digital com acesso livre
- Visibilidade nacional



GRUPO
O HOJE



TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ

Eleições 2026: prazo para regularizar pendências termina em uma semana

Tânia Rêgo/ABr

Cancelamento do título pode causar diversas restrições para o cidadão

Luma Silveira

Os eleitores que pretendem votar nas eleições de outubro têm até o dia 6 de maio para regularizar suas pendências na Justiça Eleitoral. O prazo deve ser observado pelo cidadão que quer tirar o primeiro título de eleitor, regularizar o documento, cadastrar biometria, transferir o domicílio eleitoral e atualizar dados cadastrais.

A partir do dia 7 de maio, o cadastro eleitoral será fechado e não serão permitidas alterações nos dados dos eleitores. Para resolver as pendências, o eleitor pode acessar o serviço eletrônico disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O eleitor também pode procurar os cartórios eleitorais ou postos de atendimento presenciais em todo o País. A localização pode ser encontrada no site do Tribunal (<https://www.tse.jus.br>). Alguns serviços, como a coleta de biometria e a solicitação do primeiro título, só podem ser realizados presencialmente.

Para verificar se o título está regular, o eleitor pode acessar a página do TSE na internet e clicar no menu Consultas. Em seguida, basta clicar em Situação do Título. O passo



Para resolver as pendências, o eleitor pode acessar o serviço eletrônico disponível no site do TSE

a passo para a regularização será indicado pelo sistema eletrônico.

Cancelamento

O prazo de regularização também deve ser seguido por quem teve o título cancelado por deixar de votar por três eleições seguidas (três turnos consecutivos) e não justificou ausência.

Além de não conseguir votar nas eleições de outubro, a manutenção do cancelamento pode causar diversas restrições para o cidadão, como não con-

seguir tirar passaporte ou carteira de identidade, renovar matrícula em instituição pública de ensino e tomar posse em cargo público após ser aprovado em concurso.

Primeiro título

De acordo com a Constituição, o voto é obrigatório para quem tem entre 18 e 70 anos e facultativo para jovens entre 16 e 17 anos e quem tem mais de 70. Após completar 15 anos, os jovens poderão solicitar a emissão do primeiro título de eleitor. Contudo, somente es-

tará apto a votar quem tiver completado 16 anos até a data da eleição.

Eleição

O primeiro turno das eleições será realizado no dia 4 de outubro, quando serão eleitos o presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. Eventual segundo turno para os cargos de governador e presidente ocorrerá no dia 25 do mesmo mês. **(Especial para O HOJE, com informações da ABr)**

LIBERAÇÃO

Daniel reabre autódromo e anuncia parque aquático

Rômulo Carvalho

O governador Daniel Vilela (MDB) reabriu, na manhã desta terça-feira (28), o Autódromo Internacional de Goiânia Ayrton Senna para treinos de ciclismo e anunciou a construção de um parque aquático no complexo. A liberação ocorre após a conclusão das obras de modernização e marca a retomada das atividades esportivas no local.

Durante a cerimônia, que reuniu atletas e representantes do ciclismo, o governador destacou o diferencial do autódromo. “O Autódromo de Goiânia tem uma particularidade que acho que nenhum outro do Brasil tem, que é esse uso diário por atletas, principalmente a turma do ciclismo”, afirmou.

Segundo o emedebista, o objetivo é ampliar o uso do espaço e incentivar a prática esportiva como política pública. “A prática esportiva é algo que a gente tem que fomentar. É uma política pública importante. O governo atua exatamente nisso: dar condições para que as pessoas tenham um local seguro e adequado para praticar esporte”, disse Daniel.

Além da reabertura da pis-



Proposta é integrar novas modalidades ao local, com atividades voltadas ao triatlo, com estrutura para natação, corrida e ciclismo no mesmo complexo

ta, o governador assinou a ordem de serviço para a construção de um parque aquático integrado ao autódromo. “O parque aquático será construído no final da reta, integrado com a pista e o anel externo. Teremos piscina e vestiários, o que vai permitir competições de natação e também atender quem pratica triatlo, que poderá correr, pedalar e nadar

no mesmo local”, explicou.

A proposta também mira o fortalecimento do Estado como polo da modalidade. “Goiás já reúne algumas das principais assessorias de triatlo do mundo. Em determinados períodos, pessoas de todo o Brasil vêm para cá treinar. Queremos ampliar esse movimento e atrair ainda mais atletas”, afirmou. Segundo o governador, a

intenção é diversificar o uso do espaço. “É um equipamento esportivo e queremos dar condição para várias modalidades serem praticadas aqui”, disse.

Investimento e projeção nacional

Daniel também destacou os recursos aplicados na modernização do autódromo. “São mais de R\$ 200 milhões inves-

tidos para que hoje tenhamos o melhor autódromo da América Latina. Isso é reconhecido pela promotora do MotoGP e por quem já participou de eventos aqui. Vamos ter um calendário intenso de provas ao longo do ano, com a volta da Stock Car já em maio.”

Atleta de BH se muda para Goiânia para treinar com segurança

O governador citou o caso da triatleta e ciclista Larissa Fabrini, que deixou Belo Horizonte (MG) para morar na capital goiana em busca de melhores condições de treino. Segundo Daniel, a atleta encontrou no autódromo a estrutura necessária para treinar com segurança no dia a dia.

“Ela mudou de Belo Horizonte para Goiânia exatamente para poder ter a oportunidade de utilizar o autódromo e fazer o seu ciclismo todos os dias com bastante segurança”, disse. A expectativa do governo é que a estrutura atraia novos atletas e amplie o número de praticantes de esporte no Estado. **(Luma Silveira, especial para O HOJE)**

Quer receber a edição digital do jornal O Hoje direto no seu WhatsApp? Entre em contato no 62 9964-8719 receba o conteúdo com acesso ilimitado e assinatura sem custo.



GRUPO
O HOJE

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ.

O HOJE | O HOJE APP | FOR MAPPIN | O HOJE TV | O HOJE RÁDIO | O HOJE ONLINE

Escola ganha papel maior no cuidado à saúde mental de crianças e jovens

Projeto reforça debate do crescimento de casos de TEA, TDAH e ansiedade e amplia discussão do papel da escola no acolhimento e na identificação precoce

Letícia Leite

A aprovação, em segunda votação, do Projeto de Lei 240/2025, que cria o Programa de Atendimento em Saúde Mental Escolar (Pasme), na Câmara Municipal de Goiânia, e segue para sanção ou veto do prefeito, amplia um debate que já faz parte da rotina das escolas: o crescimento de demandas relacionadas à saúde mental e aos transtornos do neurodesenvolvimento entre crianças e adolescentes. Mais do que uma proposta legislativa, o avanço do projeto evidencia uma mudança no papel das instituições de ensino. Se antes a escola era vista prioritariamente como espaço de aprendizagem formal, hoje ela também se consolida como um ambiente estratégico de observação, acolhimento e identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico.

A própria Secretaria Municipal de Educação (SME) reconhece esse cenário. A pasta informou à reportagem que tem observado aumento na identificação de estudantes com necessidades relacionadas ao desenvolvimento, à aprendiza-

gem e à saúde mental. Entre os casos mais recorrentes estão o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), além de quadros emocionais como ansiedade e depressão. Atualmente, a rede municipal atende cerca de 120 mil estudantes, dos quais aproximadamente 8,5 mil estão vinculados à Educação Especial. O cenário acompanha um movimento mais amplo de ampliação dos diagnósticos e da compreensão sobre transtornos do neurodesenvolvimento. Com o avanço das pesquisas e o aprimoramento dos critérios clínicos, sinais que antes passavam despercebidos passaram a ser identificados com maior precisão e, muitas vezes, a escola é o primeiro espaço onde eles se manifestam.

No caso do TEA, dificuldades persistentes na comunicação social, interação interpessoal e padrões repetitivos de comportamento costumam se tornar perceptíveis no convívio escolar. Já no TDAH, sintomas como desatenção, impulsividade e hiperatividade impactam diretamente o desempenho acadêmico e a dinâmica



Divulgação/SME

Em meio ao aumento dessas demandas, professores se tornam peça-chave no acolhimento e na inclusão de crianças e adolescentes

em sala. É nesse contexto que professores se tornam observadores fundamentais. Embora a atuação da rede municipal seja exclusivamente pedagógica, sem competência para diagnóstico clínico ou tratamento terapêutico, a SME destaca que as unidades escolares exercem papel essencial na observação, no registro e no acolhimento inicial. Na prática, quando há sinais de possíveis transtornos emocionais ou do neurodesenvolvimento, a rede informa que adota um fluxo estruturado de acompanhamento pedagógico, comunicação com as famílias e articulação com órgãos de proteção. Mas o desafio vai além da identificação. Na rotina escolar, professores lidam dia-

riamente com crises emocionais, dificuldades de socialização, desregulação comportamental e obstáculos de aprendizagem que exigem preparo técnico e sensibilidade.

A professora de apoio pedagógico Mariana Alves, que acompanha alunos com necessidades específicas na rede privada, afirma que o primeiro passo é abandonar generalizações. “Cada criança chega com uma história, um ritmo e uma necessidade diferente. O erro mais comum é tentar aplicar a mesma estratégia para todos. Inclusão exige olhar individualizado”, explica. Segundo ela, muitos sinais aparecem no ambiente escolar antes mesmo de qualquer investigação

clínica. “A escola percebe mudanças de comportamento, isolamento, dificuldade de interação, impulsividade, crises de ansiedade. Muitas vezes é ali que a família começa a entender que existe algo que precisa de atenção”, relata.

Atualmente, quando há necessidade de avaliação especializada, a secretaria orienta que as famílias busquem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio das Unidades Básicas de Saúde. A SME avalia a iniciativa como um avanço no fortalecimento das políticas intersetoriais. Para quem está na sala de aula, a medida pode representar suporte concreto. **(Especial para O HOJE)**

O GOVERNO DO BRASIL TRABALHA PELO POVO DE GOIÁS

NOVO
PAC
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

- ▶ FERROVIA DE INTEGRAÇÃO do Centro-Oeste (FICO)
- ▶ PAVIMENTAÇÃO da BR-080
- ▶ NOVA PONTE sobre o Rio Araguaia
- ▶ 3 NOVOS INSTITUTOS FEDERAIS Cavalcante, Porangatu e Quirinópolis
- ▶ DUPLICAÇÃO DAS TRAVESSIAS URBANAS Catalão e Cristalina

INVESTIMENTO DO GOVERNO DO BRASIL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Padrasto e mãe indiciados por morte de menina de 9 anos em Alto Horizonte

Reprodução/TV Anhanguera

Omissão imprópria da mãe e ação direta do padrasto são apontadas pela Polícia Civil no crime ocorrido em março

Anna Salgado

A Polícia Civil de Goiás (PCGO) concluiu o inquérito sobre o caso que abalou a cidade de Alto Horizonte, no Norte do Estado, e indiciou Ronaldo Alves de Oliveira e Nábía Rosa Pimenta pelo envenenamento de duas crianças ocorrido em 27 de março. O crime resultou na morte de Weslenny Rosa Lima, de 9 anos, e na internação em estado grave de seu irmão, de 8, que sobreviveu após 11 dias hospitalizado.

De acordo com o delegado responsável pelo caso, Domênico Rocha, as investigações apontaram responsabilidades distintas para o casal. Ronaldo Alves de Oliveira, padrasto das vítimas, foi indiciado por feminicídio e tentativa de homicídio, ambos com três qualificadoras, além do crime de maus-tratos a animais, em razão da morte de quatro gatos da vizinhança que consumiram restos da comida contaminada.

Já a mãe das crianças, Nábía Rosa Pimenta, foi indiciada pelos mesmos crimes, na modalidade de omissão imprópria. Embora não tenha sido presa preventivamente por ausência de elementos que justificassem a medida no momento, a polícia entende que houve falha no dever legal de proteção.

Em entrevista exclusiva ao jornal O HOJE, o delegado Domênico Rocha detalhou aspectos considerados cruciais da investigação, incluindo a “frieza” demonstrada no dia do crime e sinais prévios à tragédia. O inquérito foi embasado na análise de mais de 600 vídeos captados por



Perícia identificou “chumbinho” no arroz consumido pelas crianças; análise de mais de 600 vídeos de segurança embasou o indiciamento do casal

uma câmera de segurança instalada no interior da residência da família.

Segundo o delegado, é “chocante” o momento registrado em que a família se senta para jantar na varanda. As imagens mostram às crianças ingerindo o alimento contaminado com “chumbinho” na presença do padrasto e da mãe. Um dos elementos determinantes para a conclusão da autoria foi o registro de Ronaldo se levantando com um prato contendo apenas uma substância branca (arroz), que foi descartado nos fundos da casa sem ser consumido.

Como o cardápio da noite incluía arroz, feijão e carne moída, e apenas o arroz apresentava coloração branca, a polícia concluiu que Ronaldo sabia qual parte do alimento estava envenenada. Isso explicaria o resultado negativo de seu exame toxicológico, assim como o de Nábía, indicando que apenas a porção servida às crianças continha o veneno.

Para explicar o indiciamento de Nábía por omissão imprópria, o delegado utilizou uma analogia jurídica, com-

parando a situação à de um policial que presencia um crime e não age para impedi-lo. Segundo ele, a mãe tinha o dever legal de zelar pela integridade dos filhos, mas ignorou o que classificou como uma “aura de sinais muito claros” sobre o comportamento do companheiro.

Entre os sinais apontados pela investigação estão a dopagem constante, com a administração ilegal de calmantes que a faziam dormir por longos períodos, o medo de envenenamento, já que Nábía suspeitava que o companheiro pudesse adulterar sua comida, chegando a obrigá-lo a provar alimentos e bebidas antes dela, além de ameaças explícitas registradas em vídeo e o cancelamento do processo de habilitação para o casamento civil durante o prazo de proclames.

Para a polícia, ao manter o relacionamento e expor as crianças a esse ambiente, Nábía assumiu o risco de um desfecho trágico. “Ela poderia ter terminado esse relacionamento, evitando esses meninos de ficarem expostos a tudo isso”, afirmou o delegado.

A perícia da Polícia Científica confirmou a presença de terbufós (“chumbinho”) na panela de arroz armazenada na geladeira e nos resíduos descartados no lixo. Quatro gatos morreram após ingerirem esses restos, e laudos médico-veterinários apontaram a mesma causa da morte de Weslenny.

Após ingerir o alimento, a menina apresentou vômitos, dores abdominais e crises convulsivas antes de morrer no hospital municipal. O irmão mais novo também foi intoxicado, mas recebeu alta e atualmente está sob guarda unilateral do pai biológico.

Em nota, a defesa de Ronaldo Alves de Oliveira afirmou ter recebido a conclusão do inquérito com “serenidade” e destacou que se trata de uma etapa do processo, sem implicar juízo definitivo de culpa. A defesa declarou confiar no devido processo legal e informou que apresentará esclarecimentos após a análise integral das provas. A defesa de Nábía Rosa Pimenta não foi localizada pela reportagem até o momento. **(Especial para O HOJE)**

CANETAS EMAGRECEDORAS

Mãe abandona filha ao fugir por venda ilegal de remédio

Uma adolescente de 17 anos foi apreendida após ser abandonada pela própria mãe durante a comercialização ilegal de medicamentos para emagrecimento, em Goiânia. O caso ocorreu na segunda-feira (27), no Setor Capuava, no momento da entrega de ampolas de tirzepatida, substância cuja venda é proibida no Brasil pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Segundo a Polícia Civil de Goiás, a jovem foi flagrada com 25 ampolas do produto. Ao perceber a aproximação dos policiais, a mãe da adolescente fugiu de carro, abandonando a filha no local com os medicamentos.

A menor foi conduzida à delegacia, ouvida na presença do pai e, em seguida, liberada. De acordo com o delegado Diogo Barreira, a mulher deverá responder por corrupção de menores, além de crimes previstos no artigo 273 do Código Penal, que trata da falsificação



Shutterstock

Menina de 17 anos foi flagrada com 25 ampolas de tirzepatida, substância proibida pela Anvisa

ou adulteração de produtos terapêuticos. A pena pode chegar a 15 anos de prisão.

O Estado de Goiás tem se consolidado como um ponto estratégico no contrabando de medicamentos para emagrecimento no Brasil. Esses pro-

duto são frequentemente vendidos por meio de redes sociais e até em pontos informais, com preços abaixo dos praticados no mercado regular.

De acordo com levantamento do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de

Fronteira, divulgado em janeiro deste ano, esse mercado ilegal já movimentava cerca de R\$ 600 milhões no País. Grande parte dos itens é composta por produtos vencidos ou sem qualquer controle sanitário.

A Receita Federal do Brasil

aponta que Goiás atua tanto como rota de entrada quanto como destino final desses medicamentos irregulares. Apenas em 2025, foram apreendidos quase R\$ 700 mil em produtos ilegais no Estado. **(Nívea Menegat, especial para O HOJE)**

Denúncias rendem pedido para afastar o secretário de Saúde

Divulgação/SMS

Abaixo-assinado com milhares de assinaturas pede reabertura de serviços e responsabilização, enquanto representação ao Ministério Público aponta falhas na gestão

Renata Ferraz

Lideranças comunitárias e integrantes de conselhos de saúde de Goiânia intensificaram a pressão sobre a gestão municipal e formalizaram um pedido ao Ministério Público de Goiás (MP-GO) para o afastamento imediato do secretário municipal de Saúde, Luiz Gaspar Machado Pellizzer.

A representação aponta possíveis falhas graves na condução da pasta, incluindo suspeitas de prevaricação, omissão de socorro e improbidade administrativa, em meio a um cenário de insatisfação crescente com os serviços oferecidos à população.

O documento foi encaminhado à 88ª Promotoria de Justiça e solicita, além do afastamento, a realização de uma audiência pública para discutir a situação da saúde na Capital. Também pede que o MP avalie a abertura de uma Ação Civil Pública (ACP), caso sejam constatadas irregularidades.

O requerimento é acompanhado por um abaixo-assinado que já reúne cerca de 8 mil assinaturas de moradores da região, demonstrando a insatisfação da população com a situação da saúde na em Goiânia. O movimento ganhou força principalmente após as mudanças no atendimento do Cais Amendoeiras.

De acordo com a presiden-



Comunidade e conselhos acionam MP-GO após denúncias de precariedade no sistema e dificuldades enfrentadas por moradores

te do Conselho Local de Saúde da região do Cais Amendoeiras, Rogsânia Teixeira de Faria, a iniciativa surge como resposta direta às dificuldades enfrentadas pela população. “Nós apresentamos o requerimento, agora cabe ao promotor de justiça analisar e, diante da situação enfrentada pela população goianiense quanto à má prestação do serviço público de saúde, ajuizar a Ação Civil Pública, caso não haja o cumprimento da recomendação”, afirmou.

Além disso, ela destaca a expectativa por uma resposta mais firme das autoridades. “Estamos confiantes. Caso não haja o cumprimento da recomendação pela Prefeitura, o Ministério Público deverá avançar com a ACP e avaliar o nosso pedido de afastamento para garantir justiça e proteger a população”, completou.

Cais Amendoeiras expõe fragilidades da rede

A mobilização ocorre em um contexto mais amplo de questionamentos sobre a es-

trutura e o funcionamento da rede municipal de saúde. Um dos principais pontos de tensão é a situação do Cais Amendoeiras, onde o atendimento de urgência e emergência foi suspenso há cerca de seis meses.

Desde então, moradores relatam dificuldades para conseguir atendimento, sendo obrigados a se deslocar para unidades mais distantes, como a UPA do Jardim Novo Mundo e outros Cais da Capital, o que tem provocado sobrecarga e ampliado o tempo de espera.

Durante audiência extrajudicial no Ministério Público, representantes da comunidade relataram problemas como falta de insumos, superlotação e estrutura precária nas unidades de saúde. Segundo os depoimentos, mais de 40 mil moradores são afetados pela ausência do atendimento de urgência, além das dificuldades de deslocamento, especialmente entre idosos.

Outro ponto que chama atenção é a situação dos equipamentos da unidade. Há relatos de aparelhos de raio-X

inoperantes, o que compromete a realização de exames básicos e impacta diretamente a qualidade do atendimento. Além disso, moradores afirmam que a farmácia não funciona em tempo integral e que há déficit de profissionais, fatores que agravam ainda mais o cenário.

Apesar das críticas, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) informou, em nota, que o Cais Amendoeiras não foi fechado, mas passou por uma reorganização do perfil assistencial. Segundo a pasta, a unidade atualmente concentra atendimentos ambulatoriais especializados em diversas áreas e já realizou mais de 5 mil atendimentos apenas em 2026. A secretaria também afirma que as decisões seguem critérios técnicos e fazem parte de um planejamento para reorganizar a rede de saúde.

Apuração em andamento e cobrança por respostas

Procurado, o Ministério Público de Goiás confirmou que a demanda foi recebida e está

em fase de apuração, sem prazo definido para uma manifestação oficial. A expectativa das lideranças é que o órgão avalie a consistência das denúncias e adote medidas cabíveis, caso identifique irregularidades na gestão.

Enquanto isso, a pressão por respostas concretas segue aumentando. Para os representantes da comunidade, o debate ultrapassa questões administrativas e envolve diretamente o direito fundamental à saúde. A cobrança é por ações efetivas que garantam atendimento digno, acesso facilitado e uma rede pública capaz de atender às necessidades da população.

Nesse cenário, a possível abertura de uma Ação Civil Pública e o pedido de afastamento do secretário passam a representar não apenas um movimento político, mas uma tentativa de reverter um quadro que, segundo moradores, já impacta diretamente o dia a dia de milhares de pessoas na Capital. **(Especial para O HOJE)**

TEMPO DE USO

Armas herdadas da PM são trocadas após 20 anos

Divulgação/Secom

A modernização do armamento da Guarda Civil Metropolitana (GCM) de Goiânia abriu um debate que vai além da simples substituição de equipamentos. A corporação anunciou a compra de mil novas pistolas com investimento de R\$ 2 milhões, viabilizado por emenda parlamentar, utilizando o mecanismo de “carona” em uma licitação já existente na cidade de Salvador. A estratégia permite reduzir custos e acelerar o processo de aquisição, ao mesmo tempo em que busca padronizar e atualizar o arsenal utilizado pelos agentes.

No entanto, o movimento ocorre em paralelo a outra medida que chama atenção: o descarte de cerca de 2.400 armas que haviam sido repassadas pela Polícia Militar ao município. Os equipamentos, de calibre .40, foram fabricados em 2004 e utilizados por aproximadamente duas décadas antes de serem transferidos à GCM. Segundo a corporação, o desgaste natural e o alto custo de manutenção, princi-



Prefeitura compra mil novas pistolas enquanto redistribui armamento herdado para outros municípios

palmente em peças essenciais, tornaram inviável a continuidade do uso no dia a dia operacional.

Armas antigas e questionamentos sobre o reaproveitamento

A situação levanta um ponto sensível: porque armamentos com mais de 20 anos de

uso foram repassados à prefeitura e, posteriormente, considerados inadequados? Ainda mais relevante é o fato de que essas mesmas armas agora estão sendo redistribuídas para outros municípios. Cidades goianas como Cidade Ocidental, Cabeceiras e Quirinópolis já foram contempladas com lotes que variam entre 12 e 60

unidades, enquanto municípios de outros Estados também demonstraram interesse.

Embora ainda possam ter utilidade, essas armas seriam mais adequadas para treinamento, e não para uso ostensivo. Isso porque o desgaste acumulado pode comprometer a confiabilidade em situações críticas, exigindo ma-

nutenção frequente e elevando custos indiretos para as administrações que as recebem. Então a limitação de idade de armas é mais uma medida de segurança técnica e administrativa.

Ao mesmo tempo, a aquisição das novas pistolas de calibre 9mm indica uma mudança de padrão tecnológico e operacional. O modelo é mais moderno, apresenta maior capacidade e tende a ter manutenção mais acessível. Com isso, a prefeitura busca não apenas melhorar a eficiência da corporação, mas também reduzir gastos a longo prazo.

A prática levanta discussões sobre critérios de reaproveitamento, gestão de recursos e, principalmente, sobre os impactos na segurança das cidades que passam a utilizar esses armamentos. A reportagem entrou em contato com a GCM, mas até o fechamento desta matéria, não obtivemos retorno. O espaço segue aberto para maiores esclarecimentos. **(Renata Ferraz, especial para O HOJE)**

Emirados Árabes Unidos anunciam saída da Opep em maio

Reprodução/@HESuhail

Decisão da nação de deixar cartel pressiona o mercado e eleva preços do petróleo em cenário global já instável

Lalice Fernandes

Os Emirados Árabes Unidos anunciaram nesta terça-feira (28) a saída da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e da Opep+, em decisão que passa a valer a partir de 1º de maio e pode alterar o equilíbrio do mercado global de energia. O movimento ocorre em meio a tensões geopolíticas e a um cenário de alta recente nos preços do petróleo.

A confirmação foi feita pelo ministro da Energia e Infraestrutura do país, Suhail Mohamed Al Mazrouei, que associou a decisão a uma mudança estratégica de longo prazo. "A decisão dos Emirados Árabes Unidos de sair da Opep reflete uma evolução orientada por políticas, alinhada aos fundamentos de mercado de longo prazo", afirmou em publicação.

O ministro também destacou o histórico de cooperação com o grupo e acrescentou: "Agradecemos à Opep e aos seus países membros por décadas de cooperação construtiva". Segundo ele, o país seguirá comprometido com o abastecimento global. "Permanecemos comprometidos com a segurança energética, fornecendo suprimentos confiáveis, responsáveis e de menor emissão de carbono, ao mesmo tem-



Anúncio marca o fim de quase seis décadas de participação na Organização de Exportadores de Petróleo

po em que apoiamos mercados globais estáveis", escreveu.

A agência estatal WAM informou que a decisão está ligada ao planejamento econômico do país e ao desenvolvimento do setor energético. "Esta decisão está alinhada com a visão estratégica e econômica de longo prazo dos Emirados Árabes Unidos e com o desenvolvimento de seu setor energético, incluindo a aceleração do investimento na produção doméstica de energia", destacou o comunicado.

A Opep foi criada em 1960 por Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela, com o objetivo de coordenar a produção de petróleo entre grandes exportadores e influenciar os

preços no mercado internacional. Ao longo dos anos, outros países passaram a integrar o grupo, entre eles os Emirados Árabes Unidos, que aderiram em 1967. Atualmente, a organização reúne nações responsáveis por cerca de 36% da produção mundial de petróleo e por quase 80% das reservas comprovadas.

A saída dos Emirados ocorre após um período de pressão por cotas mais elevadas dentro da organização. O país busca ampliar sua capacidade de produção e vinha defendendo ajustes nos limites estabelecidos pelo grupo. Em março, os Emirados eram o terceiro maior produtor entre os integrantes da Opep, com cerca

de 2,4 milhões de barris por dia, segundo dados da Agência Internacional de Energia.

A decisão também atinge a Opep+, que foi criada em 2026 e inclui países não membros da organização, como a Rússia, e atua de forma coordenada para definir níveis de produção. A saída dos Emirados reduz o peso do grupo e pode afetar futuras negociações internas.

O anúncio teve reflexos imediatos no mercado. Os preços do petróleo subiram nesta terça-feira e atingiram o maior nível em um mês após a divulgação da saída. O movimento ocorre em um contexto de tensão internacional, marcado pela crise causada pela guerra entre Estados Unidos,

Israel e Irã e seus impactos sobre a economia global.

Nos Estados Unidos, a decisão foi interpretada como um movimento favorável ao presidente Donald Trump, que tem feito críticas à atuação da Opep. O republicano já afirmou que o grupo "explora o resto do mundo", ao apontar que a coordenação entre os países produtores contribui para manter os preços elevados.

A saída dos Emirados, integrante da organização há quase seis décadas, ocorre em um momento sensível para o mercado de energia, com o conflito no Oriente Médio ainda em andamento e o Estreito de Ormuz bloqueado. **(Especial para O HOJE)**

HISTÓRICO

Charles III defende relação "inquebrável" com EUA

Reprodução/@WhiteHouse

O rei Charles III defendeu a união entre Reino Unido e Estados Unidos em discurso no Congresso norte-americano nesta terça-feira (28), em meio a tensões recentes entre os dois aliados históricos. Ao classificar a relação como "insubstituível e inquebrável", o monarca buscou reforçar laços políticos e militares em um momento de divergências sobre temas internacionais e de segurança.

A fala marca o primeiro pronunciamento de um monarca britânico ao Congresso dos EUA no século XXI e ocorreu durante uma visita de Estado de quatro dias a Washington. Diante de parlamentares, Charles fez referências à história comum entre os países e destacou a proximidade institucional construída ao longo dos séculos.

"A nossa é uma parceria que nasceu da disputa, mas nem por isso é menos forte. Portanto, podemos discernir que as nossas nações são, na verdade, instintivamente semelhantes em termos de mentalidade – um produto das tradições democráticas, jurídicas e sociais comuns em que a nossa governança está enraizada até hoje", afirmou.

O discurso teve como eixo



Discurso do monarca marca o 1º pronunciamento da realeza britânica nos EUA neste século

a defesa dos valores democráticos e do equilíbrio entre os Poderes, com menções diretas aos mecanismos constitucionais que limitam a atuação do Executivo. Charles também abordou a cooperação internacional, especialmente no campo militar. Ao lembrar a resposta conjunta após os ataques de 11 de setembro, fez um paralelo com o cenário atual da guerra na Ucrânia.

"Imediatamente após o 11 de setembro, quando a Otan invocou o Artigo 5 pela primeira vez e o Conselho de Segurança das Nações Unidas

se uniu diante do terror, respondemos juntos ao chamado", disse. Em seguida, completou: "Hoje, Senhor Presidente, essa mesma determinação inabalável é necessária para a defesa da Ucrânia e de seu povo corajoso".

A visita ocorre em um contexto de desgaste diplomático entre Londres e Washington desde o retorno de Donald Trump à Casa Branca. As divergências envolvem a condução da guerra na Ucrânia, a defesa coletiva europeia e a atuação dos EUA no Oriente Médio. **(Lalice Fernandes, especial para O HOJE)**

ORIENTE MÉDIO

'Estado de colapso': Trump afirma que Irã pede reabertura de Ormuz

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta terça-feira (28) que o Irã teria procurado o governo norte-americano para pedir a reabertura do Estreito de Ormuz, em meio ao que classificou como um cenário de colapso interno no país. A declaração foi feita na rede Truth Social, sem detalhamento sobre a natureza do contato entre os dois governos.

"Irã acaba de nos informar que está em 'estado de colapso'. Eles querem que 'abramos o Estreito de Ormuz' o mais rápido possível, enquanto tentam resolver sua situação de liderança (o que acredito que conseguirão fazer!)", escreveu o republicano.

No mesmo dia, o presidente norte-americano também reagiu às críticas feitas pelo chanceler alemão, Friedrich Merz, que havia dito que "uma nação inteira está sendo humilhada pela liderança iraniana". Em resposta, Trump rebateu as declarações e contestou a avaliação do líder europeu.

"Ele acha que está tudo bem o Irã tem uma arma nuclear. Ele não sabe do que está falando! Se o Irã tivesse uma arma nuclear, o mundo inteiro seria mantido refém", afirmou. Em outra publicação, sem mencionar diretamente o chanceler, o republicano defendeu sua postura e fez críticas à Alemanha. "Eu estou fazendo algo com o Irã, agora, que outras nações, ou presidentes, deveriam ter feito há muito tempo. Não é à toa que a Alemanha está indo tão mal, tanto economicamente quanto de outras maneiras!".

As declarações de Trump ocorrem após Merz questionar, na segunda-feira (27), a condução dos Estados Unidos no conflito com o Irã e apontar falta de estratégia. "Os iranianos são obviamente muito habilidosos em negociar, ou melhor, muito habilidosos em não negociar", disse. "Toda essa situação é, no mínimo, mal planejada", acrescentou o chanceler. **(Lalice Fernandes, especial para O HOJE)**

Essência

Fotos: Gabriel Louza/O HOJE



Toninho Duetto fala de mercado e começo em Goiás Velho

Empresário revisita origem e avalia desafios de lançar artistas num mercado avesso a músicas novas

Luana Avelar

O empresário goiano Toninho Duetto foi o convidado do episódio desta semana do podcast Manda Vê, apresentado por Juan Allaesse e gravado na última segunda-feira (27), em Goiânia. Em pouco mais de uma hora de conversa, o empresário artístico percorreu a própria história no mercado fonográfico, do início improvisado na cidade de Goiás até a criação da Duetto Music, e avaliou as transformações que tornaram o lançamento de novos artistas uma tarefa cada vez mais difícil.

Natural de Goiás, Antônio Pereira dos Santos, o Toninho Duetto, não tinha o show business no horizonte quando era jovem. Trabalhava em uma funerária e foi eleito presidente da turma de formandos. A necessidade de arrecadar dinheiro para a viagem de formatura o levou a organizar a primeira festa da vida. O resultado foi suficiente para despertar o gosto pela produção de eventos. Logo vieram outras festas, entre elas a Tic Tac, em que sorteava 200 reais por hora. Foi nesse período que criou o nome Duetto, ainda na cidade de Goiás.

A mudança para Goiânia, em 2005, aconteceu após o fim do primeiro casamento, sem plano definido. O primeiro emprego na capital foi como locutor na porta de lojas da Rua 24 de Outubro, no centro da cidade. A virada veio quando um amigo o convidou para atuar como produtor de uma banda de pop rock. Ali entendeu que podia vender shows. Cobrava 10% de comissão so-



Toninho Duetto durante gravação do podcast Manda Vê, em Goiânia, na última segunda-feira

bre cachês de 2.500 reais e foi expandindo a carteira para outras bandas, até chegar às prefeituras do interior de Goiás, onde se tornou referência em venda de shows.

Em 2007, foi contratado

pela Workshow para cuidar da agenda de João Neto & Frederico. A passagem para o papel de empresário veio logo depois. A escola que define como a mais cara foi o Nashville, banda com a qual aprendeu na prática, perdeu dinheiro e acumulou o conhecimento que faltava. Foi essa experiência que abriu as portas para o convite de empresariar Cristiano Araújo. "Eu falei, já tô pronto", contou no podcast. O cantor, morto em 2015, é até hoje a referência mais citada quando Toninho fala de dedicação ao público. Além de Cristiano, passaram pelo seu trabalho Marília Mendonça, Maíra & Maráisa e Zé Neto & Cristiano, todos na época da Workshow, da qual se desligou em 2023 para se dedicar integralmente à Duetto Music.

O telefonista mais

bem pago do Brasil

O diferencial que Toninho atribui ao próprio sucesso é direto: atender o telefone. "O empresário do artista me atendia e não atendia os outros. Aí esse foi o meu diferencial", explicou. A lógica, segundo ele, continua válida hoje. "Se o cara acordar e falar, vou ligar pra cinco artistas e o que atender primeiro eu fecho, vai estar o meu. Porque eu vou atender primeiro que todo mundo". Ele se apresenta, sem modéstia, como "o telefonista mais bem pago do Brasil".

No episódio, Toninho analisou as mudanças no consumo de música com diagnóstico direto. O fim dos CDs e dos pendrives, somado ao hábito de acelerar áudios no WhatsApp e consumir conteúdo em recortes de 30 segundos no TikTok e no Instagram, transformou o lan-

çamento de músicas novas numa aposta de alto risco. "O cara tem preguiça de ouvir música nova", disse. "Está todo mundo regravando, porque o cara quer ouvir uma música que já tá no subconsciente dele, com arranjo novo, com uma voz diferente". Para ele, estourar um artista inédito hoje é quase impossível quando o parâmetro são os nomes que dominam o sertanejo, como Henrique & Juliano, Gustavo Lima e Jorge & Mateus.

Estourar o artista antes da música

A saída que identifica passa pela construção da marca antes da música. O exemplo que dá é o da cantora Marília Tavares, principal aposta atual do seu casting. "Eu lançava como se estivesse lançando um DVD, mas eu estava lançando a marca Marília Tavares", contou. "Ela não estourou ainda, mas todo mundo sabe quem é Marília Tavares". O raciocínio é o mesmo que, segundo ele, explica casos como o do cantor Natanzinho Lima, que ganhou reconhecimento antes de qualquer música de peso. "Hoje você estoura o artista e não mais a música", resumiu.

Além da aposta no sertanejo feminino, Toninho mencionou uma incursão no mercado eletrônico, segmento no qual estreou recentemente. "Uma hora eu acertou", disse, com a mesma objetividade que marcou toda a sua atuação no mercado fonográfico.

O episódio completo está disponível no canal do Manda Vê no YouTube. **(Especial para O HOJE)**

Freepik



A mobilização reúne cartórios, voluntários e instituições parceiras

Cartórios de Goiás promovem ações sociais em Goiânia

A iniciativa faz parte do programa Cartórios pelo Bem Social

Letícia Marielle

Cartórios de Goiás estão realizando uma série de ações sociais voltadas à promoção da cidadania e ao fortalecimento de projetos comunitários em Goiânia e cidades da região metropolitana, como Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. A iniciativa faz parte do programa Cartórios pelo Bem Social, coordenado pelo Sinoreg-GO, e segue até o dia 30 de abril com uma programação gratuita voltada a públicos em situação de vulnerabilidade. A mobilização reúne cartórios, voluntários e instituições parceiras com o objetivo de ampliar o acesso a atividades educacionais, culturais, esportivas e de assistência social. A proposta é fortalecer iniciativas já existentes nas comunidades atendidas, promovendo inclusão social e desenvolvimento local por meio da educação e da convivência comunitária.

Entre as organizações envolvidas estão o Centro de Trabalho Comunitário Casa de Deus (CTC), o Instituto Levanta-te e Anda, o Grupo Espírita Amor e Vida (Geav) e o projeto De Mãos Dadas Pela Vida, que já atuam nas regiões com ações permanentes de acolhimento, capacitação e apoio a crianças, adolescentes e famílias. Ao longo da semana, a programação inclui reforço escolar, oficinas educativas, atividades físicas e práticas culturais, como aulas de balé, capoeira, judô, karatê, música e futebol. Também estão previstas iniciativas de assistência social, como a ação Rua Solidária, que realiza abordagens a pessoas em situação de rua, com oferta de refeições, atendimento médico e suporte básico.

As atividades ocorrem em diferentes pontos das

cidades atendidas, com destaque para bairros como Setor Progresso, em Goiânia, e Jardim das Oliveiras, em Senador Canedo. A descentralização das ações busca facilitar o acesso da população aos serviços oferecidos, especialmente em regiões com maior demanda por políticas sociais.

Criado em 2022, o programa Cartórios pelo Bem Social tem como proposta aproximar os serviços cartorários da população e ampliar o papel dessas instituições como agentes de transformação social. A iniciativa aposta na articulação com projetos comunitários para promover cidadania e gerar impacto positivo nas comunidades.

Na quarta-feira, as atividades começam pela manhã no Centro de Trabalho Comunitário Casa de Deus (CTC), com ação de atividade física das 8h às 10h30, no Setor Progresso, em Goiânia. No mesmo local, à tarde, das 14h às 16h, será realizada oficina de arteterapia e trabalhos manuais.

Em Aparecida de Goiânia, o Instituto Levanta-te e Anda promove reforço escolar das 7h30 às 11h, no Setor Rosa dos Ventos. Já em Senador Canedo, o projeto De Mãos Dadas Pela Vida realiza oficina de atividades educacionais das 8h às 11h, no Jardim das Oliveiras II, e, no período da tarde, das 16h às 19h, promove a Escola de Futebol no campo sintético do mesmo bairro. Na quinta-feira, o CTC volta a oferecer oficina de arteterapia e trabalhos manuais, das 14h às 16h, no Setor Progresso, em Goiânia. Ainda na Capital, a ação Rua Solidária, realizada em parceria entre o Grupo Espírita Amor e Vida (Geav) e o Projeto Alimentar, ocorre a partir das 19h, na região central. **(Especial para O HOJE)**

LIVRARIA

Livro resgata a história do grande amor de Lênin

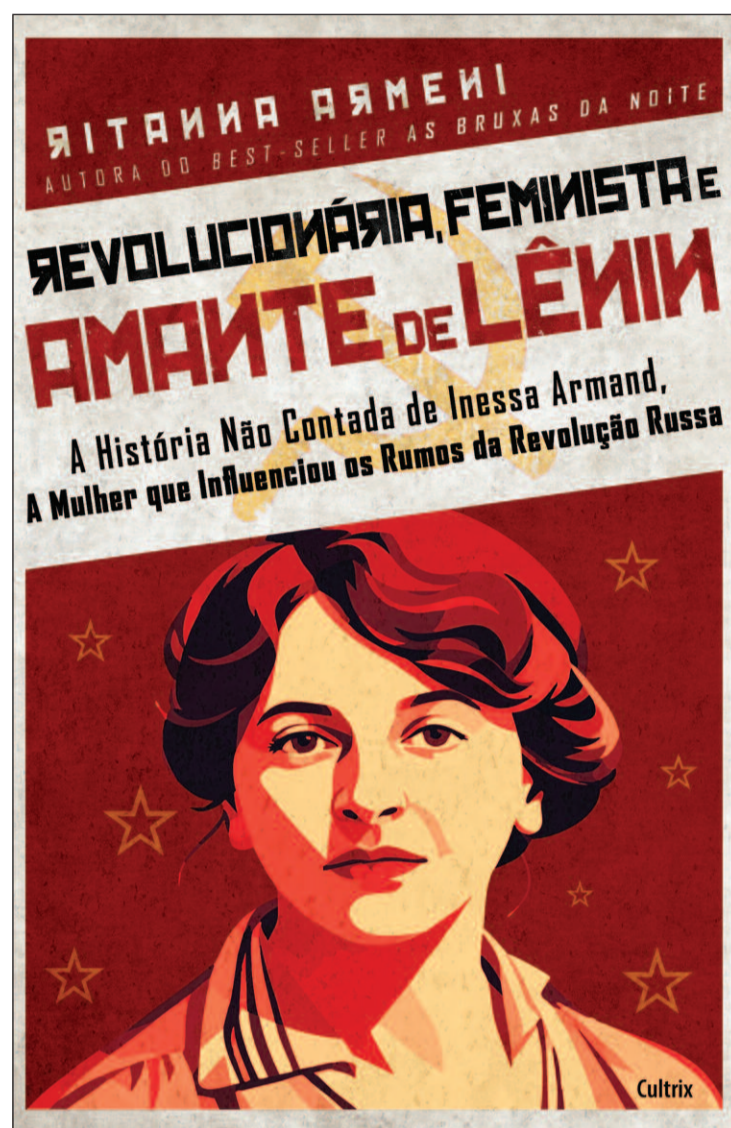
Documentos presentes na obra revelam pedidos de conselhos do revolucionário russo à mulher com quem tinha duros debates

Poucas figuras da Revolução Russa foram tão decisivas, e tão sistematicamente silenciadas, quanto Inessa Armand. Em “Revolucionária, Feminista e Amante de Lênin”, livro lançado no Brasil pela Editora Cultrix, a jornalista e escritora italiana Ritanna Armeni reconstrói, com rigor histórico e sensibilidade literária, o retrato dessa mulher extraordinária cuja atuação política e intelectual foi deliberadamente apagada dos registros oficiais do regime soviético.

Autora do best-seller “As Bruxas da Noite”, Armeni mergulha em uma extensa investigação para devolver Inessa Armand ao lugar que lhe foi negado: o de protagonista. Militante bolchevique, dirigente política, mediadora habilidosa e pensadora crítica da chamada “questão feminina”, Inessa dedicou sua vida à construção do projeto revolucionário, sem jamais abrir mão de sua autonomia intelectual e afetiva.

A narrativa acompanha sua trajetória a partir de seu encontro com Lênin, em 1909, em um café parisiense frequentado por revolucionários russos exilados. A relação entre os dois, marcada por intensa afinidade política, admiração mútua e uma ligação amorosa profunda, revelou-se também um espaço de confronto de ideias. Inessa desafiava Lênin em debates sobre feminismo, moral socialista, educação e o papel das mulheres na revolução — temas diante dos quais o líder bolchevique mantinha posições cautelosas e, por vezes, conservadoras.

O livro apresenta ainda a correspondência entre Inessa e Lênin, documentos fundamentais que expõem uma relação de confiança rara: ele lhe pedia conselhos estratégicos, comentava seus textos e reconhecia sua inteligência



política. Ao mesmo tempo, Inessa mantinha uma postura independente, recusando-se a caber em rótulos fáceis: era devotada sem ser submissa, bolchevique sem ignorar os limites do partido, idealista e, ao mesmo tempo, profundamente pragmática. Ao seguir os poucos vestígios que sobreviveram ao seu apagamento histórico — cartas, relatos, biografias fragmentadas — Ritanna Armeni percorre a Europa e constrói um retrato comovente e complexo de uma mulher que parece deslocada de seu tempo. Inessa Armand surge como uma figura inquietada, contraditória e indomável, cuja vida desmonta estereótipos femininos e desafia leituras simplificadoras da história revolucionária.

Mais do que uma biogra-

fia, “Revolucionária, Feminista e Amante de Lênin” é um ato de reparação histórica. Ao restituir a voz e a densidade de Inessa Armand, Ritanna Armeni convida o leitor a repensar o papel das mulheres nos grandes acontecimentos do século XX, assim como a reconhecer que nenhuma revolução é completa quando apaga aquelas que a tornaram possível. Ritanna Armeni é jornalista e escritora. Foi chefe de redação da revista *Noi donne* e trabalhou nos periódicos *Rinascita*, *Il manifesto*, *L'Unità* e *Liberazone*. Foi porta-voz do político socialista italiano Fausto Bertinotti, tendo também conduzido por três anos o programa *Otto e mezzo* com Giuliano Ferrara. **(Especial para O HOJE)**

O livro apresenta ainda a correspondência entre Inessa e Lênin, documentos fundamentais que expõem uma relação de confiança rara



RESUMO DE NOVELAS

Coração de Mãe

Atila comunica a Lale que dará início oficial ao processo de divórcio. Apesar da resistência, ela aparenta concordar com a decisão. Hasan percebe a determinação do filho e decide ir procurar Mert. O rapaz se surpreende ao reencontrar o pai após muitos anos, mas não se intimida e exige explicações sobre o tempo em que ficaram afastados. Tilsim se empolga com as aulas de balé, mas logo se decepciona ao se

sentir inferior às outras meninas. Karsu se surpreende com o novo vizinho da livraria.

A Nobreza do Amor

Mirinho provoca Tonho. Alika conta a José que Nilo Peçanha se lembrou do tio. Fabrício chega à casa de Casemiro. Dumi, Akin e Ladisa se organizam para lutar contra Jendal. Chinua aconselha Omar a aguardar o momento certo para confrontar o rei. Casemiro pede que Graça confie em Ana Maria. **(Especial para O HOJE)**

observam Ana Maria com interesse. Viriato alerta Manoel sobre ela. Mr. Campbell orienta Mr. Jones a cumprir o acordo. Mirinho e Virgínia convencem Diógenes a investir na tecelagem do rapaz.

Coração Acelerado

Walmir é demitido do Grupo Amaral. Zilá conversa com o advogado sobre seus direitos no casamento. Janete se preocupa com o sumiço de Agrado. Walmir flagra Irene com o agio-

ta Adilson. Zilá cobra de Alair uma reparação financeira. João Raul se desespera ao ver a moto de Agrado tombada na estrada e corre para socorrê-la. A cena coloca o cantor em alerta sobre seus sentimentos pela cantora, enquanto os bastidores do grupo musical seguem agitados com novas disputas e novos segredos a vir à tona.

Três Graças

Ferette confirma a Arminda que é pai de Raul. Viviane aceita

o pedido de casamento de Leonardo. Arminda começa a cogitar tirar a vida de Samira de vez por todas. Misael flagra Joaquim com o dinheiro escondido nas Três Graças e ameaça contar tudo para os amigos da turma. Lígia convida Joaquim para um lanche em sua casa. Arminda conta a Gerluce e a Raul que foi Samira quem matou Jorginho. Paulinho combina com Jairo uma forma de fazer Arminda confessar seus crimes diante das autoridades.

AGENDA CULTURAL

EVENTOS

Exposição "Abstrata Arts" é inaugurada na AGAV Galeria de Arte

A exposição "Abstrata Arts" conta com cinco artistas da Associação Goiana de Artes Visuais (AGAV), que são a Demirane, M. Francisca S. B., Ricardo Santiago, Solange Soares e Tainára Caiuá. A mostra é composta por obras pictóricas com palhetas de cores alegres e divertidas e será inaugurada nesta terça-feira (28/04), às 19h, na AGAV Galeria de Arte, localizada no Centro de Goiânia. A exposição tem a curadoria do artista Pedro Galvão, que também é presidente da AGAV. Segundo ele, essa mostra inaugura uma nova etapa da galeria – sendo essa a primeira de artistas associados, que produzem um estilo específico, que é a arte abstrata. Na sequência, outros estilos serão apresentados como: a arte popular, sacra, arte contemporânea, fotografias, colagens, desenhos, entre outros. Atualmente a AGAV conta com 180 artistas visuais filiados e o intuito de exibir os trabalhos para a população é apresentar a diversidade de estilos produzidos. Quando: até 12 de maio. Onde: AGAV Galeria de Arte. Horário: às 19h. Entrada gratuita.

Exposição "Ancestralidades"

A exposição "Ancestralidades" pode ser visitada até

Divulgação



A exposição tem a curadoria do artista Pedro Galvão

dia 28 de abril, das 8h às 18h, na Galeria de Artes do Basileu França, no Setor Leste Universitário. A organização destaca que os goiânienses poderão apreciar obras de arte de nove artistas que prometem lançar reflexões sobre temas como: Origens; Memórias; Identidades; Conexões; Passado; Presente. "Mais do que observar, a proposta da exposição é sentir, questionar e reconhecer as conexões que ligam o passado ao presente", explica a organização. A curadoria da exposição foi feita por Gisele Lopes e Fernanda Porto. Quando: 28 de abril. Onde: Galeria de Artes do Basileu França, na Avenida Universitária. Horário: 8h às 18h. Entrada gratuita.

Exposição "Mulheres,**Pássaros e Flores"**

A exposição "Mulheres, Pássaros e Flores", reúne obras e objetos acumulados ao longo de décadas e que ajudam a contar uma história construída entre arte, memória e vivências pessoais. A mostra apresenta o acervo da colecionadora Zilca Rodrigues de Lima. Realizada na 588 Art Show, no Jardim América, a exposição propõe um olhar íntimo sobre a produção artística e sobre as escolhas que formam uma coleção ao longo do tempo. Com curadoria de Rodrigo Félix de Lima, o projeto organiza as peças em nichos museais, criando composições que vão além das telas e incluem objetos do cotidiano, livros, revistas e itens decorativos. Quando: até 6 de maio. Onde: 588 Art Show – Rua C-167, Qd.

588, Lt. 11, Jardim América. Horário: 13h às 17h.

Exposições sobre povos originários

Entre os dias 17 de abril e 15 de maio, o Centro Cultural Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás (TRT-GO), em Goiânia, recebe duas exposições fotográficas com entrada gratuita: "É favor me olhar com cuidado", de Luiz Pucci, e "O que o coração vê", de Kim-Ir-Sen. A visita poderá ser feita de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h. A mostra "É favor me olhar com cuidado" reúne retratos produzidos pelo fotógrafo Luiz Pucci na década de 1950. As imagens integram o acervo do Museu da Imagem e do Som de Goiás e retratam o cotidiano de uma Goiânia ainda em formação. A curadoria é do professor Samuel de Jesus, vice-diretor da Faculdade de Artes Visuais da UFG. Já a exposição "Kim-Ir-Sen: o que o coração vê" apresenta um recorte da produção do fotógrafo experimental que dá nome à mostra. Entre os destaques estão registros de povos originários do Brasil, como os Bororos, no Mato Grosso, e os Suruís, em regiões de Rondônia e Mato Grosso. A curadoria é assinada pelo fotógrafo, antropólogo e pesquisador Milton Guran. Quando: até 15 de maio. Onde: Centro Cultural Trabalhista. Horário: das 10h às 17h. Entrada gratuita.

Filme "Feito Pipa" vence duas categorias em Guadalajara

O filme "Feito Pipa", do diretor brasileiro Allan Deberton, venceu duas categorias no Festival Internacional de Cinema de Guadalajara, no México: Melhor Filme e Melhor Interpretação, para Teca Pereira e Yuri Gomes. Os prêmios foram concedidos na seção Maguey, que reúne longas-metragens de ficção e documentários de todo o mundo com temáticas ligadas à comunidade LGBTQ+.

Na justificativa, o júri afirmou que o filme "nos mostra a magia, a inocência e o amor por meio de seus personagens" e "constrói uma história universal a partir do ponto de vista de um personagem, complementada pelo design de produção, pelas atuações e pela cinematografia". O co-

Divulgação



Cena do filme "Feito Pipa", rodado em Quixadá, no interior do Ceará

legiado também ressaltou o convite que a obra faz "a trabalhar e a construir em espaços seguros para as identidades queer e para as pessoas que amamos".

O longa acompanha Gugu (Yuri Gomes), um menino que

sonha em se tornar jogador de futebol e vive com a avó Dilma (Teca Pereira), que o cria de forma livre e afetuosa. Quando a saúde de Dilma se fragiliza, ele tenta esconder a situação para evitar ser separado dela e ir morar com

o pai, interpretado por Lázaro Ramos. Rodado em Quixadá, no interior do Ceará, o filme constrói uma narrativa sobre o amadurecimento, pertencimento e afeto a partir da relação entre avó e neto.

Os prêmios no México se somam a uma sequência de reconhecimentos internacionais. O ponto alto da temporada foi a passagem pela Berlinale, onde "Feito Pipa" recebeu ovação de pé e levou dois prêmios na mostra Generation Kplus: o Urso de Cristal de Melhor Filme, concedido pelo Júri Jovem, e o Grande Prêmio do Júri Internacional. A produção também havia aberto o Festival de Cartagena, na Colômbia, antes de chegar ao México. **(Luana Avelar, especial para O HOJE)**

CELEBRIDADES

Poliana Rocha rebate Luana Piovani após fala sobre netos

A influenciadora Poliana Rocha respondeu publicamente às declarações de Luana Piovani envolvendo os filhos de Virginia Fonseca e Zé Felipe. Após Luana afirmar que a influenciadora e os filhos seriam "amaldiçoados" por ações publicitárias ligadas a casas de apostas, Poliana publicou uma mensagem criticando a postura da atriz e associando a fala à "ausência de luz". Antes dela, Virginia também já havia se manifestado, emocionada, questionando a exposição e os ataques direcionados à família.

Luana Piovani publica indireta após embate com Virginia

A atriz Luana Piovani voltou

Ana Castela diz que pensa em deixar os palcos e virar fazendeira

A cantora Ana Castela surpreendeu ao revelar que pensa em reduzir a carreira artística para se dedicar à vida no campo. Durante participação no Altas Horas, ela contou que pretende, em alguns anos, parar com a rotina intensa de shows e turnês para cuidar das fazendas da família ao lado do pai. A artista explicou que deseja manter ape-



nas lançamentos pontuais de músicas, buscando uma vida mais tranquila e distante da pressão constante da fama e da exposição pública.

às redes sociais após a repercussão das críticas feitas a Virginia Fonseca sobre a divulgação de casas de apostas. Depois de afirmar que a in-

fluenciadora e os filhos poderiam ser atingidos por uma "maldição", Luana publicou a frase "Ser odiada por quem não presta é um mérito", am-

HORÓSCOPO

ÁRIES

(21/3 - 20/4)



O dia pede mais paciência. Situações inesperadas podem surgir, e agir com calma será essencial para evitar conflitos.

TOURO

(21/4 - 20/5)



Momento favorável para decisões práticas. Assuntos financeiros e profissionais tendem a evoluir com mais segurança.

GÊMEOS

(21/5 - 20/6)



A comunicação segue em destaque. Conversas importantes podem abrir portas e resolver pendências antigas.

CÂNCER

(21/6 - 21/7)



Sensibilidade em alta. Procure se proteger de ambientes carregados e priorize seu bem-estar emocional.

LEÃO

(22/7 - 22/8)



Dia de protagonismo. Sua confiança pode te colocar em evidência, principalmente no trabalho.

VIRGEM

(23/8 - 22/9)



Organização será sua aliada. Foque no que é prioridade e evite se sobrecarregar com detalhes desnecessários.

LIBRA

(23/9 - 22/10)



Relacionamentos pedem equilíbrio. O diálogo será essencial para manter a harmonia.

ESCORPIÃO

(23/10 - 21/11)



Transformações continuam em pauta. Confie no seu instinto, mas evite atitudes impulsivas.

SAGITÁRIO

(22/11 - 21/12)



Vontade de mudar a rotina. Busque novidades, mas mantenha responsabilidade com seus compromissos.

CAPRICÓRNIO

(22/12 - 20/1)



Foco e disciplina trarão resultados. Um bom momento para avançar em metas de longo prazo.

AQUÁRIO

(21/1 - 19/2)



Criatividade em alta. Ideias inovadoras podem trazer soluções para problemas antigos.

PEIXES

(20/2 - 20/3)



Intuição aguçada. Confie no que sente, mas analise bem antes de tomar decisões importantes.

Ruídos de fogos afetam a saúde física e emocional de cães e gatos

Divulgação

A queima de fogos de artifício ou rojões, comum em dias de jogos, representa um dos principais fatores de estresse para cães e gatos

Letícia Marielle

A queima de fogos de artifício, comum em dias de jogos, representa um dos principais fatores de estresse para cães e gatos. Especialistas alertam que o barulho intenso pode provocar reações físicas e emocionais nos animais, exigindo cuidados imediatos por parte dos tutores para evitar acidentes e agravamento do quadro. Dados de pesquisas recentes indicam que a grande maioria dos pets apresenta sensibilidade a ruídos altos, o que torna esse período especialmente delicado. O medo pode se manifestar por meio de tremores, ansiedade, tentativas de fuga e até sintomas mais graves, como taquicardia e convulsões em casos extremos.

Segundo profissionais da área, a principal causa dessa reação está na alta sensibilidade auditiva dos animais. Os cães, por exemplo, conseguem perceber sons em frequências muito superiores às dos humanos, o que faz com que os estampidos sejam interpretados como sinais de ameaça. Além disso, fatores como traumas anteriores, falta de socialização e predisposição comportamental podem intensificar o medo. Diante de situações de crise, a orientação é que o tutor mantenha a calma e evite transmitir nervosismo ao animal. Criar um ambiente seguro dentro de casa é uma das medidas mais eficazes,



O medo pode se manifestar por meio de tremores e ansiedade

zes, mantendo portas e janelas fechadas para impedir fugas e possíveis acidentes. Reduzir o impacto do som, com o uso de televisão, rádio ou música, também pode ajudar a minimizar o desconforto.

Outra estratégia recomendada é oferecer estímulos positivos, como brinquedos e petiscos, com o objetivo de distrair o animal. A presença do tutor é importante, mas deve ocorrer de forma equilibrada, sem exageros que possam reforçar a sensação de perigo. Especialistas também reforçam que nunca se deve deixar o animal do lado de fora durante a queima de fogos, nem mantê-lo preso, já que o instinto de fuga pode levá-lo a se machucar. O ideal é garantir que o pet permaneça em um local protegido e familiar.

Além dos cuidados imediatos, cresce o debate sobre al-

ternativas mais seguras, como o uso de fogos silenciosos, que produzem efeitos visuais sem o impacto sonoro. A medida já vem sendo adotada em algumas cidades como forma de reduzir os danos aos animais e também a pessoas sensíveis ao barulho. Os efeitos dos fogos sobre os pets vão além do momento do susto e podem incluir alterações no comportamento, queda na qualidade de vida e até problemas de saúde. Por isso, a conscientização e a adoção de medidas preventivas são consideradas fundamentais para proteger os animais durante períodos de celebração.

O barulho provocado por fogos de artifício pode desencadear uma série de reações comportamentais e físicas em cães, exigindo atenção dos tutores. Especialistas alertam que os sinais de medo nem sempre são evidentes, o que torna fun-

damental observar mudanças no comportamento dos animais durante períodos de queima de fogos. Entre as manifestações mais comuns estão vocalização excessiva, tremores, rigidez muscular e tentativas de se esconder. Também podem ocorrer micção involuntária, postura de submissão, rabo entre as pernas e orelhas retraídas. Em situações mais intensas, o animal pode apresentar salivação, pupilas dilatadas, hiperatividade ou até permanecer imóvel, em estado de choque.

De acordo com profissionais da área, a identificação precoce desses sinais é essencial para evitar o agravamento do quadro. A recomendação é que o tutor mantenha uma postura tranquila e adote medidas que contribuam para reduzir o impacto do estresse, evitando reações que possam reforçar o

medo. Entre as estratégias indicadas está a criação de um ambiente seguro e confortável dentro de casa, com uso de cobertores e tapetes que ajudem a abafar o som externo. O uso de músicas ou sons familiares também pode auxiliar na diminuição da percepção dos estampidos.

Outras alternativas incluem o uso de feromônios sintéticos, florais e acessórios específicos, como protetores auriculares e roupas que promovam leve compressão no corpo do animal, contribuindo para a sensação de segurança. Técnicas de adaptação gradual aos sons, realizadas dias ou semanas antes de eventos com fogos, também são recomendadas por especialistas. Em casos mais sensíveis, a orientação é buscar acompanhamento profissional. **(Especial para O HOJE)**

CINEMA

Divulgação

EM CARTAZ

Michael (EUA, 2026). Duração: 2h 08min. Direção: Antoine Fuqua. Elenco: Jaafar Jackson, Colman Domingo, Nia Long. Gênero: Biografia. Cinemark Flamboyant: 15h20, 18h20, 21h20, 20h, 13h, 16h, 19h, 16h20, 19h20, 22h15, 21h30, 20h40, 22h. Kinoplex: 20h, 20h15, 21h20. Moviecom: 20h20, 21h30.

O Advogado de Deus (BRA, 2026) Duração: 1h 57min. Direção: Wagner de Assis. Elenco: Nicolas Prattes, Danilo Mesquita, Lorena Comparato. Cinemark Flamboyant: 11h, 14h25, 17h20, 20h20, 12h, 15h25, 18h10, 20h50, 15h20, 18h30, 21h10, 15h30, 18h45, 21h45, 16h40, 19h30, 22h15.

Maldição da Múmia (EUA, 2026) Duração: 2h 14min. Direção: Lee Cronin. Elenco: Jack Reynor, Laia Costa, May Calamawy. Gênero: Drama. Cinemark Flamboyant: 12h, 15h, 17h50, 20h45, 12h15, 15h15, 18h30, 21h45, 13h, 15h50, 18h45, 21h45, 14h30, 17h30, 20h30, 13h, 16h20, 14h, 16h50, 14h30. Cineflix: 16h20, 19h10, 22h.

Cara de um, Focinho de Outro (EUA, 2026) Duração: 1h50min.



Um advogado idealista que, ao defender Alberto em um caso de disputa patrimonial, descobre conexões com crimes e amores de sua própria vida passada no filme "O Advogado de Deus"

Direção: Josh Greenbaum. Elenco: Will Ferrell, Jamie Foxx. Gênero: Comédia, Família. Cinemark Flamboyant: 14h00, 14h30. Cineflix: 14h40.

Super Mario Galaxy: O Filme (EUA, 2026) Duração: 1h45min. Direção: Aaron Horvath, Michael Jelenic. Elenco: Chris Pratt, Anya Taylor-Joy, Charlie Day, Jack Black. Gênero: Animação, Aventura, Comédia. Cinemark Flamboyant: 12h, 14h30, 17h, 19h45,

13h15, 13h40, 14h15, 16h30, 12h20, 15h20, 18h30, 21h25, 13h30, 16h, 18h45, 19h30, 22h, 19h, 22h15. Cinemark Passeio das Águas: 12h00, 12h40, 12h45, 14h00, 14h15, 14h30, 14h45, 15h10, 15h20, 16h00, 16h15, 16h30, 16h40, 16h45, 17h00, 17h10, 17h15, 18h00, 18h30, 18h45, 19h00, 19h20, 19h30, 19h40, 19h45, 20h30, 20h40, 21h00, 21h20. Cineflix: 14h20, 14h40, 16h00, 16h50, 17h10, 18h20, 19h10, 19h30, 20h40, 21h30.

Uma Segunda Chance (EUA, 2026) Duração: 2h00min. Direção: Vanessa Caswill. Elenco: Maika Monroe, Tyriq Withers. Gênero: Drama, Romance. Cinemark Passeio das Águas: 21h40, 22h00. Cineflix: 21h10.

Velhos Bandidos (Brasil/EUA, 2026) Duração: 1h33min. Direção: Cláudio Torres. Elenco: Fernanda Montenegro, Ary Fontoura, Bruna Marquezine. Gênero: Comédia. Cinemark Flamboyant: 12h00, 12h15, 13h40. Cinemark Passeio

das Águas: 12h00, 12h20, 22h00, 22h15. Cineflix: 14h35, 19h00.

O Drama (EUA, 2026) Duração: 1h45min. Direção: Kristoffer Borgli. Elenco: Robert Pattinson, Zendaya, Alana Haim. Gênero: Drama. Cinemark Flamboyant: 13h20, 15h50, 18h45, 21h45, 14h45, 17h15, 20h10, 13h30, 20h, 22h30, 14h15, 17h15, 20h, 16h, 18h30. Cinemark Passeio das Águas: 13h00, 14h00, 15h40, 16h30, 18h15, 18h30, 19h00, 21h10, 21h15, 21h40. Cineflix: 17h00, 19h20, 21h40.

Cinco Tipos de Medo (Brasil, 2026) Duração: 1h48min. Direção: Bruno Bini. Elenco: Bella Campos, João Vitor Silva, Rui Ricardo Diaz. Gênero: Terror. Cinemark Flamboyant: 12h00, 16h20, 17h00, 21h40, 22h15. Cinemark Passeio das Águas: 12h15, 13h30, 14h30, 17h40, 19h00, 19h15. Cineflix: 16h40, 21h50.

Devoradores de Estrelas (EUA, 2026) Duração: 2h40min. Direção: Phil Lord, Christopher Miller. Elenco: Ryan Gosling, Sandra Hüller, Milana Vayntrub. Gênero: Ação, Ficção Científica. Cinemark Flamboyant: 12h45, 16h15, 14h15, 17h45, 21h35, 14h, 17h30, 21h40, 14h45, 14h10. Cinemark Passeio das Águas: 12h30, 14h15, 17h40, 20h20, 21h00, 21h30.

Negócios



Fotos: Divulgação

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que renda feminina segue abaixo, com impacto maior entre mulheres negras

Mulheres ainda ganham 21,3% menos que homens no Brasil

Mesmo com alta na participação feminina no mercado de trabalho, desigualdade salarial persiste e pouco avança desde 2023

Otávio Augusto

A desigualdade salarial entre homens e mulheres segue como um dos principais entraves estruturais do mercado de trabalho brasileiro, mesmo diante do avanço da participação feminina nos últimos anos. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que as mulheres recebem, em média, 21,3% a menos que os homens em empresas com 100 ou mais empregados - um índice que pouco se alterou desde a implementação de políticas de transparência salarial no País.

Segundo o 5º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, divulgado nesta semana, a remuneração média feminina é de R\$ 3.965,94, enquanto a masculina chega a R\$ 5.039,68. A diferença se amplia quando considerado o recorte racial: mulheres negras recebem, em média, R\$ 3.026,66, valor bem inferior ao de homens não negros, que atingem R\$ 6.560,02.



Apesar da persistência da disparidade salarial, o número de mulheres empregadas cresceu de forma significativa. Em um ano, houve aumento de 11% na participação feminina em empresas de grande porte, passando de 7,2 milhões para 8 milhões de trabalhadoras.

O crescimento foi ainda mais expressivo entre mulheres negras, com alta de 29%, totalizando 4,2 milhões de ocupadas. Esse avanço indica maior inclusão no mercado formal, mas não se reflete proporcionalmente na renda. A

massa salarial feminina subiu de 33,7% para 35,2%, ainda distante dos 41,4% que representam na força de trabalho.

Para especialistas, o cenário evidencia que a ampliação do acesso ao emprego não tem sido suficiente para corrigir distorções históricas de remuneração. A diferença salarial está associada a fatores estruturais, como a menor presença feminina em cargos de liderança, maior concentração em áreas menos valorizadas financeiramente e interrupções na carreira, muitas vezes re-

lacionadas à maternidade.

Além disso, a chamada dupla jornada - trabalho formal somado às responsabilidades domésticas - ainda impacta diretamente a trajetória profissional das mulheres. Esse conjunto de fatores ajuda a explicar por que, mesmo com maior escolaridade média, elas seguem recebendo menos.

Em Estados como Goiás e na capital Goiânia, o cenário acompanha a tendência nacional, com crescimento da presença feminina no mercado, especialmente nos setores de serviços e comércio, mas ainda com desafios relacionados à equidade salarial e acesso a posições estratégicas.

O relatório aponta avanços importantes nas políticas internas das empresas entre 2023 e 2025. A oferta de jornada flexível subiu de 40,6% para 53,9%, enquanto o auxílio-creche passou de 22,9% para 38,4%. Já as licenças parentais estendidas cresceram de 20% para 29,9%.

Também houve aumento na adoção de planos de cargos e salários (de 55,5% para 66,8%) e na proporção de empresas que afirmam promover mulheres, que passou de 38,8% para 48,7%. Mesmo assim, o impacto econômico da desigualdade permanece relevante. Para igualar a participação feminina na massa de rendimentos ao seu peso no emprego, seria necessário um acrés-

cimo de R\$ 95,5 bilhões na renda das mulheres - valor que, segundo o próprio estudo, teria efeito direto no consumo das famílias e na dinâmica econômica.

O levantamento, baseado em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), analisou cerca de 53,5 mil estabelecimentos. Estados como Acre, Piauí e Distrito Federal apresentam menor desigualdade salarial, enquanto Espírito Santo, Rio de Janeiro e Paraná registram os maiores níveis de disparidade.

Outro ponto relevante é o avanço de políticas de inclusão. Cresceu o número de empresas que contratam mulheres indígenas e vítimas de violência, além da ampliação de ações voltadas à diversidade. Ainda assim, iniciativas voltadas a mulheres com deficiência e LGBTQIA+ permanecem estáveis.

Setores como alimentação, vigilância e serviços de manutenção concentram maior participação feminina em políticas de inclusão, o que revela uma inserção ainda desigual entre diferentes áreas da economia.

A Lei nº 14.611/2023 reforça a obrigatoriedade de igualdade salarial entre homens e mulheres e exige que empresas com mais de 100 funcionários adotem medidas de transparência, canais de denúncia e programas de diversidade. **(Especial para O HOJE)**





EDITAIS

A GLOW UP ESTÉTICA AUTOMOTIVA, inscrita no CNPJ 45.427.189/0001-31 torna público que requerer junto à Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia - AMMA a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) para a atividade de Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores, desenvolvido na Rua 6-C-208, 4330 - Qd. 236 L114 - Sala 05 - Jardim América, Goiânia - GO, CEP 74255-070.

AVISO DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES O Hospital Estadual de Pirenópolis Ernestina Lopes Jaime/HEELJ, administrado pela Fundação Universitária Evangélica/FUNEV, através do Contrato de Gestão 25/2022, torna público, para o conhecimento dos interessados, a abertura do Procedimento de Carta Cotação, cujo objeto refere-se à contratação de empresa para a prestação de serviços de diagnóstico por imagem, para atender às demandas do HEELJ. As empresas interessadas deverão consultar o termo de Referência disponibilizado no site: https://funev.org.br/ e Plataforma Apoio Cotações. Prazo para apresentação das propostas: 29/04/2026 a 14/05/2026.

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG EDITAL Nº 013/2026 O Instituto Sócrates Guanães - ISG, Organização Social gestora do Hospital Estadual de Doenças Tropicais - HDT, em Goiânia, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Contrato de Gestão de nº 091/12 firmado com a Secretaria de Estado de Goiás - SES, bem como atendendo aos dispositivos dos Arts. 6º e 7º do Regulamento de Compras e de Contratação de Serviços do ISG, torna público o presente Edital com o objetivo de fazer a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A GESTÃO DOS SERVIÇOS RADIOLOGICOS E DE IMAGEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DO HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS DR. ANUAR ALBU. As empresas interessadas em participar do chamamento público devem encaminhar suas propostas e documentações para e-mail: coordcontratos.hdt@isgsaude.org até o dia 14 de maio de 2026.

Serviço Extrajudicial do Estado de Goiás Serviço de Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição de Goiânia-GO Rua 72, esquina com Rua 14, Qd. C-16, Lt. 12/15, n. 48, 4º andar, Ed. Q8 Tower Office, Jardim Goiás, Goiânia-GO CEP: 74810-180 Telefone: (62) 3985-9858 - E-mail: atendimento@registroimoveis.org.br Site: www.registroimoveis.org.br - WhatsApp: (62) 99249-3214 Rodrigo Esperança Borba - Oficial Registrador - EDITAL DE LOTEAMENTO DE ACESSO CONTROLADO Rodrigo Esperança Borba, Oficial Registrador do Serviço de Registro de Imóveis da Quarta Circunscrição de Goiânia, Estado de Goiás, na forma de lei, FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e a quem interessar possa, para todos os fins de direito, que aos vireis e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (22/04/2026), a proprietária e loteadora SPE CITY URBANISMOS 01 LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 14.163.551/0001-80, com sede à Avenida T-4, nº 619, Quadra 141, Lotes 4/5, Salas 1707/1713, Selo Bueno, Goiânia-GO, apresentou neste serventia a documentação exigida pela Lei n. 6.766/79, e pelos arts. 1.085 e seguintes do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial da E. Comarca/Região do Estado de Goiás, protocolada no Livro n. 01 de Protocolo sob n. 341.613, em 16/04/2026, para registro de LOTEAMENTO DE ACESSO CONTROLADO, nos termos do art. 2º, §5º da Lei nº 6.766/79, que se denominará "CITÁGIO 01", compreendido pelo parcelamento do imóvel da matrícula n. 198.828, Livro 02 de Registro Geral, assim descrito e caracterizado: Uma gleba de terras (Gleba 1), com área de 50,820ha, situada na FAZENDA VAU DAS POMBAS, neste município de Goiânia-GO, dentro de limites e confrontações a seguir resumidos: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AYO-9840, situado na margem direita do Rio Meia Ponte, desde, segue-se pelo referido rio, a jusante até o vértice AYO-M-9611; desde, segue-se confrontando com a Fazenda Vau das Pombas, matrícula 36.366, CN: 02.605-4, com os seguintes azimutes e distâncias: 170°11' e 9,7m até o vértice CRN-M-12050, de coordenadas Lat 16°43'28,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9628, de coordenadas Lat 16°43'41,130" S e Alt 692,89m e 228°42' e 11,72m até o vértice AYO-M-9622, de coordenadas Lat 16°43'41,130" S e Alt 692,89m e 228°42' e 11,72m até o vértice AYO-M-9627, de coordenadas Lat 16°43'46,165" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9624, de coordenadas Lat 16°43'41,130" S e Alt 692,89m e 228°42' e 11,72m até o vértice AYO-M-9625, de coordenadas Lat 16°43'45,889" S e Alt 693,55m e 223°18' e 11,80m até o vértice AYO-M-9623, de coordenadas Lat 16°43'46,165" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9622, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9629, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9645, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9646, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9647, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9648, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9649, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9650, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9651, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9652, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9653, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9654, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9655, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9656, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9657, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9658, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9659, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9660, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9661, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9662, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9663, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9664, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9665, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9666, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9667, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9668, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9669, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9670, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9671, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9672, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9673, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9674, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9675, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9676, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9677, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9678, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9679, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9680, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9681, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9682, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9683, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9684, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9685, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9686, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9687, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9688, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9689, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9690, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9691, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9692, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9693, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9694, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9695, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9696, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9697, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9698, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9699, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9700, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9701, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9702, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9703, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9704, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9705, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9706, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9707, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9708, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9709, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9710, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9711, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9712, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9713, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9714, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9715, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9716, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9717, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9718, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9719, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9720, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9721, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9722, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9723, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9724, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9725, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9726, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9727, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9728, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9729, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9730, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9731, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9732, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9733, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9734, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9735, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9736, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9737, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9738, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9739, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9740, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9741, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9742, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9743, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9744, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9745, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9746, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9747, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9748, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9749, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9750, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9751, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9752, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9753, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9754, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9755, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9756, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9757, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9758, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9759, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9760, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9761, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9762, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9763, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9764, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9765, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9766, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9767, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9768, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9769, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9770, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9771, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9772, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9773, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9774, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9775, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9776, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9777, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9778, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9779, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9780, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9781, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9782, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9783, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9784, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9785, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 693,222" S e Alt 693,71m e 229°35' e 15,37m até o vértice AYO-M-9786, de coordenadas Lat 16°43'46,428" S e Alt 69

ALBIOMA ESPLANADA ENERGIA S.A.
CNPJ: 29.915.125/0001-23

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e acionistas da
Albioma Esplanada Energia S/A
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Albioma Esplanada Energia S/A, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 março de 2026

Fóris Mazars Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP023701/O-8
Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC SP 262973/O-6

Balanco na Íntegra através do link:
<https://ohoje.com/publicidade-legal/-albioma-esplanada-energia-s-a-demonstracoes-financeiras-do-exercicio-em-31-de-dezembro-de-2025-e-2024/>



Balanco Patrimonial do exercicio em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais (R\$)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.032	2.467
Contas a receber	5	12.198	16.835
Partes relacionadas	12	7.436	2.021
Estoques	6	3.775	1.980
Adiantamento, desp antecipadas e outros ativos		947	626
Tributos a recuperar		57	61
		27.445	23.990
Caixa Restrito	7	1.655	1.456
Deposito judicial	9	1.763	1.640
Imobilizado	10	57.692	57.928
Intangível	10	4	32
Direito de uso	10	3.788	4.727
		64.902	65.783
Total do ativo		92.347	89.773
Passivo			
		2025	2024
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	2.880	8.341
Fornecedores	11	2.924	1.066
Partes relacionadas	12	1.752	227
Obrigações trabalhistas	14	1.496	1.084
Dividendos a pagar	19 b	10.616	6.480
Imposto de renda e contribuição social	15	949	917
Impostos e contribuições a recolher	15	691	535
Adiantamentos de clientes	16	3.285	28
Passivos de arrendamento	17	2.471	2.139
		27.064	20.817
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	6.407	9.252
Provisão de contingência	19	252	1.422
Passivos de arrendamento	17	1.776	3.225
Passivo de restituição		1.623	4.873
		10.058	18.772
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	20.247	20.247
Reserva legal		4.049	4.049
Reserva de lucros		30.929	25.888
		55.225	50.184
Total do passivo e do patrimônio líquido		92.347	89.773

Exercicios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais (R\$)

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Receita de venda de energia	20	75.122	63.330
(-) Tributos incidentes sobre a receita	20	(2.742)	(2.312)
Lucro Bruto		72.380	61.018
Despesas operacionais			
Custo do serviço prestado	21	(54.808)	(40.452)
Despesas comerciais	22	(441)	(424)
Despesas administrativas	23	(3.355)	(2.758)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		13.776	17.515
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	442	749
Despesas financeiras	24	(458)	(804)
Lucro antes de financiamento		13.760	17.460
Despesa de juros de financiamento	13/24	(1.157)	(2.096)
Resultado antes dos impostos		12.603	15.364
Imposto de renda e contribuição social	25	(2.427)	(2.403)
Resultado líquido do exercicio		10.176	12.961

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		12.603	15.364
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	10	8.618	8.445
Encargos de empréstimos e financiamentos	13	1.343	2.324
Provisão de contingência	18	(1.170)	1.422
Encargos sobre arrendamentos	16	349	459
		21.743	28.015
Varição nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		4.637	4.989
Tributos a recuperar		4	(7)
Estoques		(1.795)	(341)
Deposito judicial		(123)	(491)
Adiantamento e despesas antecipadas		(314)	1.488
Outros ativos		(199)	2.112
Partes relacionadas		(3.890)	(1.507)
Fornecedores		1.858	(210)
Obrigações trabalhistas		412	342
Adiantamentos de clientes		7	298
Impostos e contribuições a recolher		156	(51)
Impostos sobre o lucro		(89)	(619)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		22.407	34.018
Juros pagos no período	13	(1.253)	(2.105)
Impostos sobre o lucro pagos		(2.310)	(2.015)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		18.844	29.898
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	10	(6.374)	(5.283)
Aquisição de intangível	10	-	(15)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.374)	(5.298)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos		(1.000)	(16.819)
Pagamento arrendamento	17	(2.509)	(2.089)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(8.396)	(8.910)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(11.905)	(27.798)
Aumento/(redução) líquido de caixa		565	(3.198)
Caixa no início do período		2.467	5.665
Caixa no final do período		3.032	2.467
Aumento/(redução) líquido de caixa		565	(3.198)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Christiano Forman Villeça
Diretor Presidente

Paulo Picollo - Contador
CRC: 1SP166776/O-2

Demonstração do Resultado Abrangente
Em milhares de reais (R\$)

	2025	2022
Lucro líquido do exercicio	10.176	12.961
Total do resultado abrangente do exercicio	10.176	12.961

ALBIOMA CODORA S.A.
CNPJ 07.966.116/0001-29

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e acionistas da
Albioma Codora Energia S/A
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Albioma Codora Energia S/A, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com a base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório para respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2026

Fóris Mazars Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP023701/O-8
Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC SP 262973/O-6

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais (R\$)

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Receita de venda de energia	20	99.684	69.873
(-) Tributos incidentes sobre a receita	20	(3.639)	(3.624)
Lucro Bruto		96.045	66.249
Despesas operacionais			
Custo do serviço prestado	21	(43.416)	(36.477)
Despesas comerciais	22	(446)	(430)
Despesas administrativas	23	(4.443)	(4.152)
Depreciação e amortização	23	(113)	(111)
Despesas tributárias	23	(355)	(664)
Despesas não dedutíveis	23	(2)	-
Outras despesas operacionais	23	(803)	(22)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		46.367	24.392
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	1.072	1.069
Despesas financeiras	24	(871)	(1.297)
Lucro antes de financiamento		46.568	24.165
Despesa de juros de financiamento	13/24	(8.784)	(8.961)
Resultado antes dos impostos		37.784	15.504
Imposto de renda e contribuição social	25	(3.423)	(2.482)
Resultado líquido do exercicio		34.361	13.022

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		37.784	15.504
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	10	9.825	9.704
Baixa imobilizado		-	20
Encargos de empréstimos e financiamentos	13	874	8.661
Upfront sobre financiamentos	279	733	-
Provisão contingência	18	(1.415)	3.992
Encargos sobre arrendamentos	16	232	302
		55.489	38.916
Varição nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(7.012)	598
Tributos a recuperar		261	(275)
Estoques		(1.362)	(1.144)
Deposito judicial		(361)	(1.144)
Adiantamento e despesas antecipadas		281	(267)
Outros ativos		128	-
Partes relacionadas		(18.372)	288
Fornecedores		6.838	(274)
Obrigações trabalhistas		450	1.162
Adiantamentos de clientes		5.413	1.017
Impostos e contribuições a recolher		193	(257)
Impostos sobre o lucro		566	(76)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		42.512	39.888
Juros pagos no período	13	(8.556)	(9.342)
Impostos sobre o lucro pagos		(2.855)	(2.271)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		31.071	28.075
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	10	(6.880)	(4.556)
Aquisição de intangível	10	(54)	(12)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.934)	(4.568)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos		(13.013)	(8.000)
Resgate investimentos		-	(27)
Pagamento arrendamento	17	(1.763)	(1.482)
Captação de empréstimos e financiamentos		2.350	2.360
Comissão sobre empréstimos e financiamentos		1.785	1.785
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(14.199)	(13.592)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(28.975)	(21.526)
Aumento/(redução) líquido de caixa		(4.838)	1.981
Caixa no início do período		15.170	13.189
Caixa no final do período		10.332	15.170
Aumento/(redução) líquido de caixa		(4.838)	1.981

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da empresa, juntamente com as demonstrações financeiras completa

Christiano Forman Villeça
Diretor Presidente

Paulo Picollo - Contador
CRC 1SP166776/O-2

Balanco Patrimonial do exercicio em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais (R\$)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.332	15.170
Contas a receber	5	12.853	5.841
Partes relacionadas	12	20.697	2.596
Estoques	6	3.336	1.974
Adiantamento, desp antecipadas e outros ativos		879	1.160
Tributos a recuperar		1.181	686
		49.278	27.427
Caixa Restrito	7	452	580
Tributos a recuperar		756	-
Deposito judicial	9	5.152	4.791
Investimentos	279	279	-
Imobilizado	10	106.823	108.553
Intangível	10	4	2.808
Direito de uso	10	1.866	11

CODENE COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE NEROPOLIS CODENE S.A. C.N.P.J.: 31.175.552/0001-64 Período: 01/01/2025 a 31/12/2025 Balanço encerrado em: 31/12/2025

BALANÇO PATRIMONIAL table with columns for 2025 and 2024, listing assets and liabilities.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2025 table showing income and expenses.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 table showing cash flow from operations, investing, and financing.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2025 table showing detailed income and expense breakdown.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 table showing value added from operations.

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS table showing cumulative profit/loss.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CODENE. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE NEROPOLIS S.A. - CODENE. Verso o presente processo sobre as demonstrações financeiras da prestação de contas do ano de 2025 da CODENE S/A.

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS table showing cumulative profit/loss.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2025. Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da CODENE - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Nerópolis, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS table showing cumulative profit/loss.

CASSIANO BATISTA DE OLIVEIRA, DIVINA ROSILDA DE OLIVEIRA CAIXETA, FLÁVIO JUNIO DE FREITAS, Diretor Presidente.

Compliance Auditores Independentes
 Av. C-11, nº 626, Sala 4 - Qd. 100, Lt. 13
 Setor Sudoeste - Cep. 74.305-030 - Goiânia - Goiás - Brasil Telefone +55 (62) 3298-7030
 www.complianceauditoria.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE NERÓPOLIS - CODENE Oplano
 Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Nerópolis - CODENE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Nerópolis - CODENE, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos

juízo profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 16 de março de 2026.

Feliciano Celso Maciel
 APF Registro CVM nº 12.483
 Contador CRC-GO nº 8.2130

José Leme da Silva
 Auditor Independente Contador CRC-GO nº 7.721.018

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E NOTAS EXPLICATIVAS
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE NERÓPOLIS - CODENE S.A.
 CNPJ: 31.175.552/0001-64
 Exercício de 2025
 Nerópolis - GO, 06 de Abril de 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE NERÓPOLIS - CODENE S.A.
 Prezados Senhores,
 Apresentamos aos vossos cuidados, relatório de informações socioeconômicas e notas explicativas compreendendo o Exercício de 2025, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Nerópolis - CODENE S.A.

Atenciosamente,
 Renato Alves de Oliveira
 Contador
 Reg. no CRC-GO sob. O nº 024914/O-8 - CPF:041.700.361-74
 Flávio Júnio de Freitas Responsável Legal - CODENE CPF: 891.830.530-34
 DA COMPANHIA

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Nerópolis - CODENE S.A., é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada, instituída e organizada pelo Município de Nerópolis, vinculado à Secretaria de Indústria e Comércio e Política de Desenvolvimento, regendo-se pela Lei Municipal nº 1.850, de 07 de julho de 2017.

Com sede e foro em Nerópolis, tem por objeto social, a promoção do desenvolvimento econômico, mediante a implantação do Polo Industrial de Nerópolis, bem como o desempenho de atividades de fomento para diversificação da economia, geração de empregos e renda e preservação do meioambiente, mediante incentivo.

BASE DO DEMONSTRATIVO
 As elaborações das informações contábeis são de responsabilidade da administração da entidade, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas contábeis, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais. A responsabilidade desta é a de expressar uma conclusão sobre as informações socioeconômicas da entidade.

DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E ANÁLISES
 Os demonstrativos contábeis da empresa foram elaborados de acordo com as normas contábeis estabelecidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com base na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

Seguir, as demonstrações financeiras da CODENE, compreendendo o período encerrado em 31/12/2025.

NOTA 1 - BALANÇO PATRIMONIAL - 31/12/2025 (CODENE)
 O Balanço Patrimonial, é o relatório que demonstra a situação financeira e patrimonial da empresa, conforme parâmetros estabelecidos pelas práticas contábeis legais no Brasil, apresentamos o B.P. 01/01/2025 até 31/12/2025 de forma sintética:

Empresa: **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE NEROPOLIS CODENE S.A** Folha: 0001
 C.N.P.J.: 31.175.552/0001-64 Número livro: 0001
 Emissão: 06/04/2026
 Hora: 17:37:00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2025			
ATIVO	138.358.404,31d	PASSIVO	138.358.404,31c
ATIVO CIRCULANTE	4.680.947,63d	PASSIVO CIRCULANTE	80.446,43c
DISPONÍVEL	3.711.581,89d	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	51.247,08c
BANCOS	183.657,19d	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	51.247,08c
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	3.527.924,70d	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	29.199,35c
CLIENTES	532.738,58d	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	8.527,87c
DUPPLICATAS A RECEBER	532.738,58d	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	20.671,49c
OUTROS CRÉDITOS	136.627,16d	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	129.697.383,27c
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	100.000,00d	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	129.697.383,27c
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	36.627,16d	OUTRAS OBRIGAÇÕES	129.697.383,27c
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.580.574,61c
ESTOQUE	300.000,00d	CAPITAL SOCIAL	3.369.070,78c
ESTOQUE COM TERCEIROS	300.000,00d	CAPITAL SUBSCRITO	3.369.070,78c
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	133.677.456,68d	RESERVAS	673.814,16c
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	130.774.550,10d	RESERVAS DE LUCROS	673.814,16c
CLIENTES	130.774.550,10d	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	4.537.689,67c
INVESTIMENTOS	1.464,90d	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	4.537.689,67c
INVESTIMENTOS EM COOPERATIVAS	1.464,90d		
IMOBILIZADO	2.901.441,58d		
IMÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.439,00d		
INSTALAÇÕES	3.788.933,25d		
(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	899.600,57c		

NOTA 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2025 (CODENE)
 O resultado do exercício social da empresa foi apurado conforme parâmetros estabelecidos pelas práticas contábeis legais no Brasil, em 2025 o regime tributário praticado pela empresa foi o Lucro Presumido, apresentamos a DRE 01/01/2025 até 31/12/2025 de forma sintética:

Empresa: **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE NEROPOLIS CODENE S.A**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2025

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	1.185.256,80
VENDE DE TERRENO	1.185.256,80
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(158.420,85)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(51.154,24)
(-) IMPOSTO DE RENDA	(105.266,51)
= RECEITA LÍQUIDA	1.028.835,95
(-) CMV	(9.550,11)
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(9.550,11)
= LUCRO BRUTO	1.019.285,84
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(1.282.417,60)
DESPESAS COM VENDAS	(77,30)
ÁGUA E ESGOTO	(77,30)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.282.340,30)

SALÁRIOS E ORDENADOS	(292.637,87)
PRO-LABORE	(125.567,44)
13º SALÁRIO	(31.638,75)
INSS	(113.848,80)
FGTS	(38.632,06)
DESPESAS ALIMENTAÇÃO SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES	(3.599,10)
ALUGUÊS DE IMÓVEIS	(19.800,00)
TAXAS DIVERSAS	(49,43)
TAXAS MUNICIPAIS	(93.283,06)
TAXAS ESTADUAIS	(4.281,06)
ENERGIA ELÉTRICA	(11.077,68)
ÁGUA E ESGOTO	(321,72)
TELEFONE	(627,32)
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	(39.996,00)
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(173.872,72)
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	(124.212,00)
LIVROS, JORNAIS E REVISTAS	(7.500,00)
DESPESAS COM INTERNET	(1.927,08)
DEPRECIACÕES	(196.174,52)
DESPESA DE PEQUENO VALOR	(5.293,69)
(+/-) RECEITAS FINANCEIRAS	414.219,52
TARIFFAS BANCARIAS	(183,10)
JUROS	(32,55)
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	414.435,17
(-) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	27.682,05
OUTRAS RECEITAS	81,86
RECEITA DE JUROS E MULTAS PARCELAS EM ATRASO	26.125,52
RECEITA DE PARCELA, JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS DE ITU	1.474,67
= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL	178.769,81
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	16.500,00
RECEITA OP ANÁLISE DE PROC. DE ALIENAÇÃO DE TERRENOS	16.500,00
= RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL	195.269,81
= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	195.269,81
= LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	195.269,81
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	195.269,81
INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR	
A entidade no exercício de 2025, teve seus faturamentos oriundos da sua atividade principal. E como consequência, a Codene obteve lucro de R\$ 195.269,81 .	
O recebimento segundo a cláusula 2ª de seus contratos que diz o seguinte:	
Parágrafo segundo:	
O valor descrito acima na alínea (B ou C) de R\$ xxx.xxx,xx, que se refere a 90% do valor, ficando ele sobrestada até o fiel cumprimento do cronograma de obras apresentado, sendo cumprido pela PROMITENTE COMPRADORA, será dada remissão total do saldo devedor pela PROMITENTE VENDEDORA. Na hipótese do não cumprimento do cronograma físico e financeiro da construção apresentado pela compradora a PROMITENTE VENDEDOVA incidirá em mora do saldo devedor.	
Contabilizado da seguinte forma:	
Empresa: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE NEROPOLIS CODENE S.A	

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2025		
Código	Classificação	Descrição
1	1	ATIVO
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE
69	1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
70	1.2.1.1	CLIENTES
72	1.2.1.1.00001	CLIENTE
149	2	PASSIVO
203	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE
217	2.2.1	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
236	2.2.1.04	OUTRAS OBRIGAÇÕES
1089	2.2.1.04.00002	CLIENTES

O valor de 90% do contrato, foi contabilizado no ativo e passivo, esse valor futuramente será compensado contra a receita caso ela ocorra, ou ambas as contas se anularem, com isso o CMV a Longo Prazo.

Conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de Janeiro de 2025, conforme registro JUCEG - 2026 onde foram eleitos, por unanimidade, os seguintes membros para a DIRETORIA EXECUTIVA DA companhia, para o período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026, para o cargo de DIRETOR PRESIDENTE **FLAVIO JUNIO DE FREITAS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, corolier de imóveis, nascido no dia 16/01/1975, portador da cédula de identidade nº 2972615, 2ª via, expedida pela SSP-GO, aos 18/05/2022, portadora do CPF: 891.830.530-34, e-mail: fljbrasil@hotmail.com, fone: 62-95044-1228, residente e domiciliado na Fazenda Retiro dos Gomes, Qd. L nº 38, Gleba 3B, Zona Rural via Goiânia, CEP: 75.460-000, Nerópolis-GO, para o cargo de DIRETOR FINANCEIRO foi eleito **CASSIANO BATISTA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, Gestor de Marketing e Recursos Humanos, nascido no dia 29/12/1983, portador da cédula de identidade nº 4469316, 2ª via, expedida pela SSP-GO, aos 10/05/2021, portadora do CPF: 006.140.281-83, e-mail: cassianoabatista16@gmail.com, fone: 62-9 8191-8445, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, Qd. A, Lt. 07, s/n, Parque das Américas, CEP: 75.460-000, Nerópolis-GO, para o cargo de DIRETORIA ADMINISTRATIVA foi eleita **DIVINA ROSILDA DE OLIVEIRA CAIXETA**, brasileira, casada sob o regime comunhão parcial de bens, Pedagoga, nascida em 06/10/1969, portadora da cédula de identidade nº 2126020, expedida pela SPTC-GO, aos 29/08/2018, portadora do CPF: 526.951.151-72, e-mail: rosilidacaixeta2017@gmail.com, fone: 62-9 8585-0249, residente e domiciliado na Rua S-10, Qd. 27, Lt. 05 e 06, s/n, Setor Sul, CEP: 75.460-000, Nerópolis-GO, para o cargo de DIRETOR DE COMPLIANCE E CONTROLE INTERNO foi eleito **KAIQUE MORAES HONORATO DA SILVEIRA**, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, funcionário público, nascido no dia 19/04/1993, portador da cédula de identidade nº 5938325, expedida pela SSP-GO, aos 23/06/2022, portadora do CPF: 050.823.821-40, e-mail: kaiquehonorato@hotmail.com, fone: 62-9 8585-6824, residente e domiciliado na Rua Sandoval Xavier Nunes, nº 691 Qd. 4 Lt. 16, Parque das Américas, CEP: 75.460-000, Nerópolis-GO. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva será fixa mensal, na seguinte ordem Diretor Presidente R\$ 9.801,92 (nove mil, novecentos e um reais e noventa e dois centavos) e para os demais diretores, a remuneração fixa mensal de R\$ 5.704,05 (cinco mil, setecentos e quatro reais e cinco centavos). Os membros eleitos da DIRETORIA EXECUTIVA, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos por qualquer causa das constantes do artigo 147, parágrafo 1º, 2º, 3º e 4º da Lei 6.404/1976.

Balanco na íntegra através do link:

https://hoje.com/publicidade-legal/►-codene-s-a-companhia-de-desenvolvimento-economico-de-neropolis-s-a-balanco-encerrado-em-31-12-2025/



LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 1º Leilão: 30/04/2026, às 15h de Brasília.

2º Leilão: 04/05/2026, às 15h de Brasília. BRUNO BARRETO SANCHES, Leiloeiro Oficial, JUCEMS nº 37, com sede na Rua TV Itavieira, nº 88, TV Morena em Campo Grande/MS, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL vierm ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo somente ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pela Credora Fiduciária COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - SICREDI PLANALTO CENTRAL, inscrita no CNPJ 10.736.214/0001-84, nos termos da Cédula de Crédito Bancário firmada entre as partes com o Emitente VALDIVINO FLAVIO DE BARCELOS 89500873672 (atualmente BRAGA DESENTUPOIDORA E LIMPA FOSSA LTDA), CNPJ: 33.368.543/0001-15, VALDIVINO FLAVIO DE BARCELOS, CPF: 895.008.736-72 e NEIDINA BRAGA GONÇALVES, CPF: 933.358.141-34 em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 176.471,68 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos) o imóvel Lote 03 da Quadra 94, com a área de 360,00m², situado na zona suburbana desta cidade, no loteamento denominado PARQUE ESTRELA D'ALVA IX, dentro dos seguintes limites e confrontações descritas na matrícula anexa ao portal do leilão. REGISTRO ANTERIOR: Matrículas 145.893 e 145.894 do CRI da 1ª Circunscrição de Luziânia - GO, melhor descrito na MATRÍCULA 2.594 | CNM 147660.2.0002594-92, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO DE LUZIANIA GOIÁS, COMARCA DE LUZIANIA-GO. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 105.186,84 (cento e cinco mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.barretoleiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTA EDITAL. NO SITE www.barretoleiloes.com.br. Informações pelo WhatsApp: (67) 32042574 ou pelo e-mail juridico_at@barretoleiloes.com.br.

EDITAL DE CITAÇÃO, AÇÃO MONITÓRIA Processo: 9073195-63.2025.8.09.0087. Natureza: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa -> Monitoria. Requerente: Sem Parar Instituição De Pagamento Ltda. Requerido: Nutri Armaazem Geral Ltda. CNPJ: 30.410.028/0001-88. Endereço: Av. Santa Bárbara, 13, Condomínio Bem Rio, Anápolis-GO. CEP: 38.465-000. Valor da Causa: R\$ 76.526,51. JUIZ: DR. GUILHERME SARRI CARREIRA. Prazo de Interposição do Edital: 20 dias. O Doutor GUILHERME SARRI CARREIRA, meritíssimo juiz de direito da 2ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Iumbiera, Estado de Goiás, na forma da Lei etc., faz saber a todos que vivem o presente instrumento de Edital ou dele tiveram conhecimento, que tramitam neste Juízo os autos do processo descrito à epígrafe, proposta pela parte autor requerente em desfavor do(s) requerido(s) acima nominados, para todos os seus termos até final sentença, ficando o(s) requerido(s) devidamente CITADO(A) para os seus termos e para que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do presente edital, proceda o pagamento da seguinte quantia acima mencionada, ou ofereça embargos monitoriais, independentemente de prévia segurança do valor atribuído à causa. No prazo para oposição de Embargos, uma vez reconhecido o crédito do requerente e comprovado o depósito de pelo menos 30,00% (trinta por cento) do valor da execução (incluindo custas e honorários advocatícios), poderá(o) o(s) executado(s) requerer(em) o pagamento do restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1,00% (um por cento) ao mês, cujo deferimento levará ao levantamento do valor depositado em favor do credor e à suspensão da Execução. Em caso de não pagamento de qualquer das prestações, ocorrerá o vencimento antecipado das subsequentes e o prosseguimento da execução, inclusive com a imposição de multa de até 10,00% (dez por cento) sobre o valor das prestações inadimplidas e sendo vedada, nesse caso, a oposição de Embargos, conforme o art. 916 do CPC. ADVERTÊNCIA: caso o requerido não cumpra a determinação judicial e não interponha embargos, será considerado revel, presumindo-se veracidade as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC) e, em consequência, será expedido mandado executivo, nos termos da Lei 13.105/2015. O juiz condenará o réu que de réu não oferecer embargos à ação monitorial ao pagamento de multa de até 10,00% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, em favor do autor (art. 702, II e § 3º do CPC. E o quanto basta. Ante o exposto, defiro o pedido realizado pela parte autora no evento 60 e determino a expedição de edital de citação de Nutri Armaazem Geral Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 30.410.028/0001-88, devendo a escritura elaborar os requisitos previstos no art. 257 do CPC, com prazo dilatório de 20 (vinte) dias, devendo a parte ré, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa ou, caso queira, poderá oferecer os autos conclusos (evento 61). E o breve relatório. Decido. Conforme se verifica do caderno processual, restaram esgotadas as tentativas de encontrar o atual endereço da parte ré Nutri Armaazem Geral Ltda, uma vez que houve diligências em todos os endereços informados pela autora, inclusive naqueles que foram obtidos através das pesquisas realizadas junto aos sistemas convencionais do T.J.GO, de modo que há outra forma de dar continuidade ao processo senão por meio da citação editalícia, nos termos do art. 256, II e § 3º do CPC. E o quanto basta. Ante o exposto, defiro o pedido realizado pela parte autora no evento 60 e determino a expedição de edital de citação de Nutri Armaazem Geral Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 30.410.028/0001-88, devendo a escritura elaborar os requisitos previstos no art. 257 do CPC, com prazo dilatório de 20 (vinte) dias, devendo a parte ré, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa técnica (embargos à monitoria). Em caso de recusa justificada, volvam-me os autos conclusos para nomeação de contador(s) advogado(s) para examinar o exarato e responder. Apresentado embargos, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação. Oportunamente, volvam-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, data da inclusão, assinatura digitalizada. Guilherme Sarrí Carneira, Juiz de Direito. E para que de futuro ninguém possa alegar ignorância, expedir-se o presente, que será publicado, tendo sido afixada uma via deste no Píacar do Fórum local, nos termos da Lei Iumbiera-GO, 25 de março de 2026.

O HOJE NO SEU WHATSAPP

Faça parte da nossa comunidade e receba as notícias na palma da sua mão.

As principais notícias do dia você encontra aqui, no **O HOJE**

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ!

PUBLICIDADE LEGAL

GRUPO O HOJE

Quer receber a edição digital do jornal O Hoje direto no seu WhatsApp? Entre em contato no 62 9964-8719 e receba o conteúdo com acesso ilimitado e assinatura sem custo.

TRANSFORMANDO A VIDA DE QUEM LÊ.

O HOJE | O HOJE.com | FOMX MAPPIN | O HOJE NEWS | MANDAVÉ | CUMU | DISCULPADA

Quer receber a edição digital do jornal O Hoje direto no seu WhatsApp? Entre em contato no 62 9964-8719 e receba o conteúdo com acesso ilimitado e assinatura sem custo.

06:02



AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A
 AV. GOIÁS N. 91 – CENTRO – GOIÂNIA/GO – Site: www.goiasfomento.com
 CNPJ.: 03.918.382/0001-25



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Agência de Fomento de Goiás S/A (GOIÁS FOMENTO), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O presente conjunto de demonstrações foi elaborado em estrita conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), observando as diretrizes da Lei nº 8.404/76, as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB) e, nos aspectos aplicáveis, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

1. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No exercício de 2025, o cenário macroeconômico doméstico caracterizou-se por um crescimento moderado do Produto Interno Bruto (PIB), condicionado pela persistência de uma política monetária restritiva. A manutenção da taxa básica de juros (Selic) em patamares contracionistas pelo BCB, visando a convergência inflacionária à meta estabelecida pelo CMN, resultou na elevação do custo de capital (funding). Como externalidade direta dessa conjuntura, observou-se uma retração na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e um arrefecimento da demanda agregada. Para a Instituição, a sustentação de juros reais elevados impôs desafios à originação de crédito, refletindo-se na composição do spread bancário e no Custo Efetivo Total (CET) das operações de financiamento.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL E PROGRAMAS SOCIAIS

À análise comparativa interanual evidenciou uma contração de 14,6% no volume de desembolsos, totalizando R\$ 57,1 milhões em 2025, frente aos R\$ 66,9 milhões registrados no exercício anterior. No segmento de programas sociais, onde a GoiásFomento atua como agente financeiro e operador de meios de pagamento (cartões voucher), os desembolsos totalizaram R\$ 222,91 milhões no exercício. Desde junho de 2021, a Instituição viabilizou o atendimento de mais de 907.746 beneficiários, acumulando um volume financeiro de R\$ 1,925 bilhão. Essa atuação estratégica na gestão de recursos de transferência de renda gerou receitas de prestação de serviços na ordem de R\$ 16,9 milhões em 2025, um incremento de 112% em relação ao ano anterior, principalmente, em face da substituição do prestador de serviços, contribuindo positivamente para a margem operacional da Agência.

3. RESULTADOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

A Instituição apurou um Lucro Líquido de R\$ 5,9 milhões, o que representa uma expansão de 65,4% em relação ao resultado de 2024 (R\$ 3,6 milhões). O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) atingiu 2,9%, demonstrando ganho de rentabilidade frente aos 1,8% do período homólogo.

• **Ativo Total:** Registrou expansão de 10,8%, atingindo R\$ 305,2 milhões. O incremento nominal de R\$ 10,6 milhões é majoritariamente atribuído à captação de recursos vinculados ao Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR).

• **Carteira de Crédito:** O saldo consolidado (Recursos Próprios e Vinculados) cresceu 13,8%, totalizando R\$ 136,4 milhões. Contudo, em termos de captação, observou-se uma redução no número de operações ativas, que passou de 4.434 para 3.584 (-19,2%), evidenciando uma estratégia no aumento no ticket médio.

• **Gestão de Liquidez (Tesouraria):** O portfólio de ativos de liquidez expandiu 11%, alcançando R\$ 153,4 milhões. A Taxa de Retorno Média Ponderada (Yield) foi de 1,18% a.m., beneficiada pela gestão ativa em ambiente de Selic elevada.

• **Patrimônio Líquido:** Totalizou R\$ 206,3 milhões, um crescimento de 1,8% comparado ao encerramento de 2024.

4. GESTÃO DE RISCOS E PROVISÕES (RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021)

Em aderência à Resolução CMN nº 4.966/2021, a Instituição atualizou sua metodologia de mensuração de instrumentos financeiros e constituição de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (ECL).

• O saldo de provisão em 31/12/2025 totalizou R\$ 10,9 milhões (+31,8% vs. 2024).

• O índice de Inadimplência encorreu o período em 8,0%, ante 6,9% em 31/12/2024, refletindo a deterioração marginal da capacidade de pagamento dos tomadores no cenário de juros elevados, bem como, pela alteração na metodologia de mensuração de risco.

• As Receitas de Recuperação de Crédito totalizaram R\$ 9,8 milhões, apresentando redução de 17,7% em relação ao exercício anterior, situando-se abaixo da meta orçamentária projetada.

5. PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS

Para o próximo exercício, a GOIÁS FOMENTO reafirma seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás. A estratégia contempla a expansão do market share nos segmentos de NFPE e Produtor Rural, sustentada pela implementação de um hub digital de multiserviços financeiros. Tal iniciativa visa a otimização da alavancagem operacional e a diversificação do mix de receitas de serviços, garantindo a sustentabilidade financeira da Instituição.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva expressa seu reconhecimento aos Acionistas, Conselheiros, Clientes e Colaboradores. A gestão permanece comprometida com o rigor normativo, governança corporativa e zelo pelo patrimônio público, visando a eficiência na aplicação dos recursos de fomento.

Goânia (GO), 14 de abril de 2026.

ALAN FARIAS TAVARES
 Presidente do Conselho de Administração

RIVAL AGUIAR PEREIRA
 Diretor-Presidente

VINÍCIUS DE CECÍLIO LUZ
 Diretor de Operações

LARA GARCIA BORGES FERREIRA
 Diretora Administrativa e Financeira

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2025 (Em R\$ mil)

ATIVO	NOTA	31/12/25
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		305.238
DISPONIBILIDADE	7	7
ATIVOS FINANCEIROS		278.880
Ao Custo Amortizado		136.712
Títulos e Valores Mobiliários	Nota 5 a)	11.231
Empréstimos/Financiamentos e Recebíveis/Clientes	Nota 5 a e b)	136.411
(-) Provisões para Perdas Esperadas A. ao Risco de Crédito	Nota 6 b c)	(10.930)
Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito		(2.541)
Perda Incomida Associada ao Risco de Crédito		(7.602)
Ao Valor Justo por meio do Resultado		142.168
Títulos e Valores Mobiliários	Nota 5 a)	142.168
OUTROS ATIVOS		15.322
ATIVO FISCAL DIFERIDO		4.763
IMOBILIZADO LÍQUIDO		10.559
TOTAL DO ATIVO		305.238

PASSIVO	NOTA	31/12/25
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		305.238
PASSIVOS FINANCEIROS		68.066
Ao Custo Amortizado		68.066
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	Nota 10 a)	68.066
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES		29.929
	Nota 11	29.929
OUTROS PASSIVOS		909
	Nota 11	909
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		206.334
Capital Social	Nota 12	193.234
Aumento de Capital (AGO/AGE)	Nota 12	3.394
Reservas de Lucros		6.131
Reservas para Incentivos Fiscais		3.575
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		305.238

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2025 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	NOTAS	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		49.187
Carteira de Crédito	Nota 13 a) e d) e Nota 6 e)	29.146
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	Nota 13 b)	20.041
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.555)
Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses		(3.555)
REULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		45.632
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(9.037)
RESULTADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		36.595
OUTRAS RECEITAS ((DESPESAS) OPERACIONAIS		(26.230)
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 13 c)	11.502
Despesas de Pessoal	Nota 13 e) e f)	(39.097)
Outras Despesas Administrativas		(11.458)
Despesas Tributárias (ISS PASEP e COFINS)	Nota 13 e)	(3.758)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		16.581
RESULTADO OPERACIONAL		10.365
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		555
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		10.920
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.966)
Imposto de Renda e Contribuição Social	Nota 15	(3.773)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(193)
PATIPICAÇÃO NO LUCRO		(1.043)
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO EXERCÍCIO		5.911
LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1.00		0,0306

DRA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO DE 2025 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	31/12/2025
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO SEMESTRE	5.911
Ativos Financeiros ao Valor Justo em Resultados Abrangentes	(177)
Ajustes	(177)
RESULTADOS ABRANGENTES NO SEMESTRE	5.734

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025 (Em R\$ mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL	
SALDO EM 31/12/2024	193.234	-	4.690	1.254	3.575	202.753
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21	-	-	-	-	691	691
SALDO NO INÍCIO DE JANEIROS DE 2025	193.234	-	4.690	1.254	3.575	691
- Transferência para Aumento de Capital	-	3.394	-	(954)	-	2.440
- Resultado do Semestre	-	-	-	-	1.332	1.332
- Reserva Legal	-	-	67	(67)	-	-
- Ajuste da Resolução 4966	-	-	-	691	(691)	-
- Proposta de Compensação	-	-	-	31	(31)	-
- Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(1.301)	(1.301)
SALDO EM 30/06/2025	193.234	3.394	4.757	955	3.575	205.915
MUTAÇÃO DO SEMESTRE	-	3.394	67	(299)	-	3.162
SALDO EM 31/12/2024	193.234	-	4.690	1.254	3.575	202.753
- Ajuste da Resolução 4966	-	-	-	-	691	691
- Destinado para Aumento de Capital	-	2.440	-	-	-	2.440
- Transferência para Aumento de Capital	-	954	-	-	-	954
- Resultado do Exercício	-	-	-	-	5.911	5.911
- Reserva Legal	-	-	296	(66)	(230)	-
- Reserva para Expansão	-	-	-	(954)	-	(954)
- Proposta de Compensação	-	-	-	221	(221)	-
- Ajuste da Resolução 4966	-	-	-	691	(691)	-
- Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(5.460)	(5.460)
SALDO EM 31/12/2025	193.234	3.394	4.986	1.146	3.575	206.335
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	3.394	296	(108)	-	3.582

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	31/12/25
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações	
Lucro Líquido	5.911
Depreciação e Amortização	298
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.546)
Operações de Crédito	(13.255)
Outros Créditos	1.286
Outros Valores e Bens	(1.178)
Outras Obrigações	13.096
Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações	(9.400)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamentos	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.649
Destinado para Aumento de Capital	2.440
Ajuste da Resolução 4966	690
Juros Sobre Capital Próprio Propostos	(5.460)
Caixa (Utilizado) Provenientes das Atividades de Financiamentos	10.319
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos	
Investimentos	-
Imobilizado de Uso	(1.247)
Imobilizado em Curso	2.440
Total dos Recursos Captados/Aplicados	(1.247)
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(328)
Início do Período	335
Fim do Período	7
Aumento/Redução de Caixa e Equivalente de Caixa	(328)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2025 (Em R\$ mil)

NOTA 1 – Contexto operacional
 A Agência de Fomento de Goiás S/A – GoiásFomento é uma instituição financeira de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na qualidade de órgão regulador do Sistema Financeiro Nacional. Está constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme autorização contida na Lei Estadual nº 13.933/1999, sendo regida pela Resolução nº 2.828/2001 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações posteriores.
 A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 07 de julho de 2000.
 O objeto social da GoiásFomento consiste em estimular os investimentos produtivos e o desenvolvimento da infraestrutura econômica e social do Estado de Goiás, contribuindo para o crescimento sustentável por meio da prospecção de oportunidades de negócios, da geração e manutenção de emprego e renda, da modernização das estruturas produtivas, do aumento da competitividade estadual e da redução das desigualdades sociais e regionais, inclusive no setor agropecuário.
 No âmbito de suas operações, destacam-se como principais atividades a concessão de crédito com recursos próprios, bem como a operacionalização de repasses oriundos de instituições e fundos de desenvolvimento, dentre os quais se destacam: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR).
 Adicionalmente, a GoiásFomento atua como agente financeiro de fundos públicos estaduais e de programas sociais, incluindo, entre outros, o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODI-IRI), o Fundo de Participação e Fomento à Indústria de Goiás (FOMENTAR) e o Fundo de Equalização para o Empreendedor (FUNDEQ), além de outros programas de natureza social.
 Por fim, registra-se que a autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da instituição, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi concedida pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2026, em conformidade com os normativos internos de governança e procedimentos de encerramento contábil.

NOTA 2 – Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão apresentadas em conformidade com o novo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os procedimentos contábeis em Reais (R\$), de economia mista, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e seu Conselho de Normas Contábeis (CNC), aprovados pelo Banco Central do Brasil – BACEN, no ato que foi aplicado.
 A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações Financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período.
 Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os seus mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realiação de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências. Os resultados efetivos podem divergir das estimativas e premissas adotadas. A Instituição realiza revisões periódicas dessas estimativas e premissas.
 As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
 A GoiásFomento adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/2021, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela isenção prevista no Art. 79 da referida Resolução, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, nas demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2025.
 Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela referida Resolução, foram registrados na rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido de abertura, em 1º de janeiro de 2025, pelo valor líquido dos efeitos tributários ajustados em contrapartida ao valor do ativo na mesma data.
 As contas do Ativo e do Passivo do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme fixada a Resolução BCB nº 2/2020. A segregação entre circulante e não circulante é objeto de divulgação nas Notas Explicativas.
 Referidas demonstrações financeiras, após apreciação da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Normas que entram em vigor em 1º de janeiro de 2025

a) Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.966/2021 e correlatas
 O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Conselho de Normas Contábeis (CNC) aprovaram a Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece critérios para a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de hedge.
 A aplicação dessas normas visa promover a convergência dos critérios contábeis do COSIF os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

b) Princípios contábeis

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros
 i) Os Títulos e valores mobiliários (TVM), anteriormente tratados pela Circular BACEN nº 3.068/2011 e classificados em três categorias – Para Negociação, Disponíveis para Venda e Mantidos até o Vencimento –, passaram, com o advento da Resolução CMN nº 4.966/2021, a ser classificados nas categorias:
 • Valor Justo em Resultados Abrangentes (VJORA) e
 • Custo Amortizado (CA),
 conforme o modelo de negócio da Instituição.

ii) A carteira de operações de crédito e com características de crédito foi reclassificada conforme a modificação de garantia, e a metodologia simplificada de apuração de perdas esperadas foi adotada, conforme o Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, em razão do enquadramento da GoiásFomento no Segmento 4 (S4), segundo a Resolução CMN nº 5.553/2017.
 Essa abordagem permite avaliação simplificada das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, segregadas em:

a) Provisão para perdas incorridas, para as Operações com atraso superior a 90 dias, conforme percentual do Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023;
 b) Provisão adicional para perdas esperadas, conforme tipo de carteira e percentuais do Anexo II, da Resolução BCB nº 352/2023, abrangendo ativo não problemático e ativos problemáticos, não inadimplidos, ou seja, atraso menor que 90 dias e inadimplidos, ou seja, atraso superior a 90 dias; e
 c) Provisão para perda esperada modelo interno de provisionamento, aplicável a todas as operações de crédito.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos normativos estabelecem regras distintas para a mensuração do valor contábil de operações de créditos reestruturadas e renegociadas:
 a) Reestruturadas - avaliadas pelo valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada;
 b) Renegociadas, reavaliadas conforme as condições contratuais renegociadas, quando não caracterizarem reestruturação.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021, fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. A Instituição optou por essa facultade, apresentando os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

Plano de Contas das Instituições Financeiras - COSIF

Com a edição das Resoluções BCB nº 426 e 433/2023, 390/2024 e 537 a 543/2024, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, foi adotada uma nova estrutura do elenco de contas do COSIF, aplicada na elaboração das demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os novos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, determinam alterações fiscais, que foram regulamentadas pela Lei nº 14.467/2022 e alterações posteriores, contidas na Lei nº 15.078/2024.
 A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições financeiras podem deduzir, na apuração do lucro real e da base da CSL, as perdas incorridas no recebimento de créditos inadimplidos, observando os percentuais definidos conforme o período de inadimplência, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação de falência ou de concessão da recuperação judicial.
 Para contratos inadimplidos cujas perdas ainda não haviam sido aprovadas fiscalmente até 31/12/2024, o controle será segregado e a exclusão na base de cálculo do Lucro Real, ocorrerá à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), a partir de janeiro de 2026.

Efeitos da Transição:

De acordo com o Art. 94 da Resolução BCB nº 352/2023, a adoção da norma foi aplicada em janeiro de 2025, sendo as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros, decorrentes dessa adoção, reconhecidas em conta de lucros e prejuízos acumulados.
 A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025.

Conciliação do Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido em 31/12/2024	valor
Ajustes iniciais na adoção da Resolução nº 4.966, líquido do efeito tributário	758
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(70)
Stop accrual encargos 60-90 dias – ativos de crédito não problemáticos	(3)
Patrimônio líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 em 01/01/2025	203.444

A Instituição, com base no Comunicado BACEN nº 42.403/2024, optou pela remensuração de seus ativos financeiros, não problemáticos, que estavam em stop accrual em 31 de dezembro de 2024, ou seja, vencidos até 60 dias, com reconhecimento, no início de janeiro de 2025, das rendas advindas desses contratos em contrapartida à conta de lucros e prejuízos acumulados.
 Essas demonstrações financeiras, após apreciação da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

continuação

Provisão por modalidades		31/12/2025
Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito		2.541
Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito		7.602
Perda Adicional Associada ao Risco de Crédito		787
Total do Valor Contábil Bruto		10.930

d) Concentração de crédito

Devedores – diversos clientes		31/12/2025
Principal devedor		2.025
10 seguintes maiores devedores		15.619
50 seguintes maiores devedores		29.426
100 seguintes maiores devedores		15.886
Demais clientes		73.455
Total		136.411

e) Provisão para perdas esperadas associadas o risco de crédito
 Nas conformidades da Resolução do CMN 4.966/2021 e 352 do Banco Central do Brasil

Car- teira	Situação do Ativo	Carteira a vencer	Carteira vencida	Total	Perda Esperada	Perda Incorrida	Perda Adicional	Total de Perdas Esperadas
C1	Não problemáticos	59.619	-	59.619	899	-	-	899
C1	Problemático	-	2.952	2.952	18	-	219	237
C1	Adimplida	-	4.168	4.168	-	-	188	1.053
Soma		59.619	7.120	66.739	917	865	407	2.189
C2	Não problemáticos	2.336	-	2.336	38	-	-	38
C2	Problemático	-	562	562	19	-	21	40
C2	Adimplida	-	1.330	1.330	-	-	550	45
Soma		2.336	1.892	4.228	57	550	66	673
C3	Não problemáticos	55.812	-	55.812	1.487	-	-	1.487
C3	Problemático	-	914	914	77	-	47	124
C3	Adimplida	-	8.620	8.620	-	-	6.187	268
Soma		55.812	9.534	65.346	1.564	6.187	315	6.455
C4	Não problemáticos	98	-	98	2	-	-	2
C4	Problemático	-	-	-	-	-	-	-
C4	Adimplida	-	-	-	-	-	-	-
Soma		98	-	98	2	-	-	2
Total		117.865	18.546	136.411	2.540	7.602	788	10.930

Descrições	31/12/2025
Saldo inicial da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (01/01/2025)	8.014
Efeito da adoção inicial da resolução CMN 4966/2021	(758)
Saldo inicial ajustado	7.256
Constituição de provisão para perdas esperadas	9.037
Reversão de provisão para perdas esperadas	(2.542)
(-) Crédito baixados para prejuízo	(3.521)
Saldo final da provisão esperadas	10.230

NOTA 7 – Outros ativos

Descrições	31/12/2025
Rendas a receber – Prestação de serviços	271
Outras rendas a receber – convênios	227
Adiantamentos concedidos	218
Créditos tributários – Ativos fiscais diferidos	6.266
Outros créditos – Com características de crédito - Leilão	1.568
Provisão para outros créditos - Leilão	(28)
Impostos e contribuições a serem restituídos	701
Devedores por depósitos em garantia (*)	1.212
Outros	3.568
Total	14.003
Curto Prazo	7.737
Longo Prazo	6.266

(*) Nesta rubrica estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, tanto trabalhistas quanto civis.

NOTA 8 – Outros valores e bens
 a) Resumo das contas

Descrições	31/12/2025
Ativos não financeiros mantidos para venda (b)	9.173
Provisão para desvalorização (b)	(312)
Despesas antecipadas (*)	264
Total	9.125

(*) As despesas antecipadas serão realizadas em até 12 meses.
 b) Ativos não financeiros mantidos para venda – Referidos bens compreendem os bens não de uso próprio, nas conformidades da Resolução do CMN 4.747/2019. Referidos bens são leiloados a leilão público e, conforme norma, por vendas diretas.
 Esses ativos foram avaliados há menos de um ano.

NOTA 9 – Permanente

Descrições	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual em 31/12/2025
Investimentos	-	10	-	10
Imobilizado em curso - Projeto	-	34	-	34
Imóveis de uso – Terrenos	-	2.422	-	2.422
Imóveis de uso – Edificações	4%	1.867	(1.121)	746
Imobilizado de uso - móveis	10%	2.904	(1.677)	1.227
Imobilizado de Uso - Veículos	20%	341	(17)	324
Total	-	7.578	(2.815)	4.763

Referidos bens foram avaliados, onde os laudos estão com valor superior aos valores atavados.

NOTA 10 – Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
 a) Obrigações por empréstimos e repasses no País

Composição	31/12/2025
Obrigações por repasses - FCO	11.279
Obrigações por repasses - BNDES	22
Obrigações por repasses - FINEP	10.763
Obrigações por repasses - FUNGETUR	46.002
Totais	68.066

As obrigações por repasses representam, as captações realizadas junto a Instituições Oficiais e os encargos financeiros incidentes sobre essas operações, em 31 de dezembro de 2025, são:
 i - Operações de Créditos com taxas pós-fixadas, os juros variam entre: 4,1% 17% ao ano, a depender da operação e as variações dos indexadores, dependendo de cada caso, pela: TJLP; TR; INPC e; SELIC.
 ii - Operações de Créditos com o FCO – Fundo Constitucional do Centro Oeste são com taxas pré-fixadas, que no ano de 2025, variaram entre 8% e 11% ao ano.
 b) Composição por faixa de vencimento

Faixa de vencimento	Até 12 meses	Após 12 meses	Total em 31/12/2025
Obrigações por repasses – FCO	1.220	10.059	11.279
Obrigações por repasses – BNDES	22	-	22
Obrigações por repasses – FINEP	1.220	9.544	10.764
Obrigações por repasses – FUNGETUR	14.168	31.833	46.001
Total	16.630	51.436	68.066

NOTA 11 – Outras obrigações

Composições	31/12/2025
Dividendos e bonificações a pagar (**)	5.461
Participação dos Servidores – PLR (**)	808
Subtotal	6.269
Fiscais e previdenciárias (*)	1.124
Impostos e contribuições (**)	1.978
Subtotal	3.102
Créditos diversos (**)	12.704
Provisão de férias e 13 salários (*)	3.313
Contingências (**)	1.217
Recebíveis do extinto BD-Goiás (**)	909
Outras (**)	3.324
Subtotal	21.467
Totais	30.838

(*) Referidas obrigações serão realizadas em até 90 dias;
 (**) Referidas obrigações serão realizadas em até 12 meses;
 (***) Referidas obrigações serão realizadas após 12 meses.

NOTA 12 – Capital social
 O Capital Social autorizado pelo Banco Central do Brasil para a Agência de Fomento de Goiás S.A. é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)
 Encontra-se subscrito e integralizado o montante de R\$193.234.042,88 (cento e noventa e três milhões, duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dois reais e oitenta e oito centavos), representado por 193.234.043 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
 No exercício, houve deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E), em 30 de abril de 2025, que aprovou o aumento do Capital Social, no valor de R\$3.394.127,53 (três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos), referente aos dividendos devidos ao acionista majoritário, nas conformidades da Lei Estadual nº 19.187 DE 29/12/2015.
 O referido aumento encontra-se em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil. Após homologação, o capital social passará a ser de R\$196.628.170,41 (cento e noventa e seis milhões, seiscentos e vinte e oito mil, cento e setenta reais e quarenta e um centavos). Representado por 196.628.170 (cento e noventa e seis milhões, seiscentos e vinte e oito mil e cento e setenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 13 – Contas de resultado
 a) Receita com carteira de crédito

Descrição	31/12/2025
Rendas de Empréstimos	7.291
Rendas de Empréstimos de repasses	-
Rendas de Financiamentos	5.926
Rendas de Financiamentos de repasses	1.562
Recuperação de ativos financeiros	9.803
Totais	24.582

b) Receitas de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2025
Títulos públicos federais - LFT	1.378
Fundos de investimentos de renda fixa	16.964
Fundos de Investimento - FGI/FIPI/GOVTECH	1.699
Totais	20.041

c) Receitas com prestação de serviços

Descrições	31/12/2025
Taxas de cadastro	1.195
Taxa de serviços como agente financeiro - FUNPRODUZIR	5.549
Taxa de serviços como agente financeiro - FOMENTAR	3.424
Taxa de serviços como agente financeiro - FUNMINERAL	1.312
Taxa de serviços como agente financeiro - FUNDEQ	22
Total	11.502

d) Receitas com repasses

Descrição	31/12/2025
Obrigações por repasses - FCO	243
Obrigações por repasses - BNDES	3
Obrigações por repasses - FINEP	208
Obrigações por repasses - FUNGETUR	1.568
Total	2.022

e) Despesas com a alta administração

Descrições	31/12/2025
Proventos	741
Conselhos	856
Encargos	14
Outros	707
Total	2.318

f) Despesas de pessoal e outras despesas administrativas

Descrições	31/12/2025
Despesas de pessoal	36.779
Água, energia, gás, aluguéis	222
Comunicação	93
Manutenção/conservação	209
Estagiários e menor aprendiz	249
Serviços de terceiros (limpeza)	620
Informações cadastrais	137
Propaganda/pub. publicação	154
Técnicos especializados	4.181
Viagens e segurança	301
Transporte	951
Emolumento judiciários e cartório	1.511
Processamento de dados	850
Tarifas bancárias	181
Outros	1.799
Subtotal	48.237
Tributárias - PASEP/COFINS e outras	3.758
Subtotal	3.758
Totais	51.995

NOTA 14 – Outras receitas/despesas operacionais

Composição	31/12/2025
Reversão de provisões operacionais – Ativos financeiros	2.542
Recuperação encargos e despesas	722
Ressaltos com programas sociais	15.495
Total	18.759
Outras despesas operacionais	
Obrigações por repasses - FCO	558
Obrigações por repasses - BNDES	11
Obrigações por repasses - FINEP	252
Obrigações por repasses - FUNGETUR	2.734
Subtotais	3.555
ISSQN	576
PASEP	417
COFINS	2.566
Depreciação e amortização	287
Subtotais	3.846
Total	7.401

NOTA 15 – Impostos, contribuições e ativo fiscal diferido
 15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social
 a) Base de tributação

Descrições	31/12/2025	
	IRPJ	CSLL
Resultado do período	10.921	10.921
Efeito das adições e deduções na base de cálculo	1.491	1.491
Adições/Exclusões temporárias	5.038	5.038
Provisão para perdas esperada	1.675	1.675
Provisão para perdas adicional	832	832
Provisão para contingência	1.282	1.282
Ajuste de transição stop accrual 60-90 dias	6	6
Provisão para ativos não financeiros - imparidade	312	312
Outras adições	931	931
Adições/Exclusões permanentes	(3.547)	(3.547)
Juros sobre capital próprio	(5.460)	(5.460)
Outras exclusões	0	0
= Lucro Real	6.952	6.952
Imposto de renda e contribuição social (*)	1.714	1.390
Realização líquida de créditos tributários	107	86

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos
 A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.
 Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Resolução do CMN de nº 4.842/20, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores atavados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/2025, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis. Assim, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:
 a) Movimento da conta do ativo no período:

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
Saldo em 01/01/2025	3.627	2.902	6.529
Ajuste no patrimônio líquido	(39)	(31)	(70)
Saldo em 01/01/2025	3.588	2.871	6.459
Realizado em 2025	(107)	(86)	(193)
Totais a Longo Prazo	3.481	2.785	6.266

b) Estimativa de realização dos créditos tributários
 A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2026		2027	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre
Imposto de Renda	805	805	805	1.066
Contribuição Social	644	644	644	853
Totais	1.449	1.449	1.449	1.919

c) Natureza dos créditos
 A base de cálculo para os ativos fiscais diferidos são: Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Provisão dos créditos compensados em prejuízo; provisão para desvalorização de bens não de uso, provisão de passivos contingentes (cíveis e trabalhistas). Até 31/12/2025, foram constituídos e realizados parte desses créditos. Sendo o saldo a realizar no valor de: R\$3.481 de Imposto de Renda e R\$2.785 de CSLL, totalizando em R\$6.266.
 d) Classificação contábil dos créditos tributários
 Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

NOTA 16 – Destinação do resultado
 A reserva legal é constituída a razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	31/12/2025
Lucro de 2025	5.911

NOTA 17 – Partes relacionadas
 As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem, basicamente de administração de Fundos Estaduais, bem como de obrigações relativas a juros sobre o capital próprio a pagar.

Partes relacionadas	Ativo	Passivo	Resultado
FUNPRODUZIR	180	-	5.549
FOMENTAR	79	-	3.424
FUNDEQ – Equalização (*)	-	-	22
FUNPRODUZIR – Equalização (*)	-	-	946
FUNMINERAL	-	-	1.312
Crédito produtivo	10	-	31
Programas Sociais (**)	-	-	15.486
JCP – Estado de Goiás	-	5.460	-
Convênios (***) e outros	-	-	2.175

(*) As taxas de equalização referem-se ao subsídio concedido do FUNPRODUZIR e pelo FUNDEQ às partes relacionadas para o objetivo de assegurar parte, sob a forma de equalização de juros em operações de crédito, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e produtivo do Estado de Goiás.
 (***) Convênios diversos: compreendem parcerias e programas firmados com Secretarias Estaduais, Prefeituras Municipais e Fundações, destinados à execução de programas sociais.

NOTA 18 – Exigibilidades de capital principal e limites de imobilização
 O demonstrativo de limites operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhes do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações: a) Apuração da Situação da Instituição; b) Apuração da Exigência do Banco Central e da Margem (ou insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e envio mensal/semestral ao Banco Central, o documento 2061.

Descrições	31/12/2025
Patrimônio de Referência	206.324
Índice de Basileia	57,50%
Nível I	47,21%
Índice de Imobilização Basileia	2,31%
Limite	103.162
Situação	4.763
Folgas de Imobilização	98.399

continuação
 Ressalta-se, ainda, que a adequada segregação entre resultados recorrentes e não recorrentes constitui prática relevante de governança e transparência, contribuindo para a correta avaliação do desempenho institucional por parte dos órgãos de controle, investidores e demais partes interessadas.

5) Contas Bancárias
 Em 31 de dezembro de 2025, a Agência de Fomento de Goiás S/A mantém diversas contas correntes abertas junto à Instituições Financeiras. Para aquelas inativas foram solicitado o encerramento e as movimentações constam no balancete nas rubricas COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional:

I - COSIF nº 1.1.2.30.00.00.000000 - Disponível: contempla os saldos mantidos em contas correntes de livre movimentação, representando recursos imediatamente disponíveis à instituição;
 II - COSIF nº 3.0.20.00.00.000000 - Patrimônio de Fundos Públicos: evidencia os recursos administrados pela instituição em nome de fundos públicos, segregados do patrimônio próprio e de Programas Sociais, conforme exigências legais e normativas.

Ressalta-se que a classificação contábil das referidas contas observa os critérios estabelecidos pelo COSIF, assegurando a adequada evidência da natureza, finalidade e disponibilidade dos recursos, bem como a transparência das demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
AGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2025

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A - GOIÁS FOMENTO
EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ(MF) 03.918.382/0001-25
 Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP: 74.005-010
 Goiânia - GO

Prezados(as) Senhores(as),

1) Opinião sem Ressalva
 Examinamos as demonstrações contábeis da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A ("GoiásFomento"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A ("GoiásFomento") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à ("GoiásFomento"), de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Ênfase
 Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no art. 79 da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e art. 102 da Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

4) Outros Assuntos
4.1) Relatório da Administração
 A administração da GOIÁS FOMENTO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as práticas contábeis ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparente estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Comparabilidade das Demonstrações Contábeis
 Conforme descrito na Nota Explicativa, as demonstrações contábeis individuais encerradas em 31 de dezembro de 2025, elaboradas conforme o padrão contábil "Cosif", não apresentam informações comparativas de períodos anteriores, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a GOIÁS FOMENTO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a GOIÁS FOMENTO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da GoiásFomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam induzir, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da GOIÁS FOMENTO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIÁS FOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PARECER DO CONSELHO FISCAL COM RESSALVAS

Em cumprimento às atribuições legais e estatutárias conferidas ao Conselho Fiscal, procedeu à análise das Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A - GoiásFomento, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório da Administração. A análise foi realizada à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como considerando as disposições da Lei nº 6.404/1976, normas do Conselho Monetário Nacional e demais normativos aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional.

Registra-se que as demonstrações financeiras foram objeto de exame por auditoria independente, que emitiu opinião sem ressalvas, atestando que as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, bem como o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não obstante a conclusão favorável da auditoria independente, consigno os seguintes pontos de atenção, para fins de acompanhamento pela administração e governança da instituição:

I - Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, com impactos relevantes na mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas, inclusive com dispensa de apresentação de informações comparativas, o que reduz a capacidade de análise evolutiva das demonstrações no exercício;

II - Elevação do índice de inadimplência, que alcançou aproximadamente 8% da carteira de crédito, evidenciando deterioração marginal da qualidade dos ativos, em ambiente macroeconômico ainda deflacionário;

III - Consumo de caixa nas atividades operacionais, conforme demonstrado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, indicando a necessidade de contínuo monitoramento da liquidez e da sustentabilidade financeira das operações;

IV - Concentração da estratégia operacional em operações de maior ticket médio, com redução do número de operações ativas, o que demanda avaliação contínua quanto aos riscos de concentração e impactos na política pública de crédito.

V - As Receitas de Recuperação de Crédito totalizaram R\$ 9,8 milhões, apresentando redução de 17,7% em relação ao exercício anterior, situando-se abaixo da meta orçamentária projetada.

Ressaltamos que os pontos acima não configuram, no presente momento, distorções relevantes que comprometam a fidedignidade das demonstrações financeiras, mas devem ser objeto de monitoramento permanente pelas instâncias de administração e governança da instituição.

Diante do exposto, e considerando: a consistência das demonstrações financeiras apresentadas; a conformidade com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis; e a opinião sem ressalvas emitida pela auditoria independente;

Voteamos pela APROVAÇÃO das Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A - GoiásFomento, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, considerando-as em condições de serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração, com o registro dos pontos de atenção acima consignados em ata, para fins de acompanhamento pela administração.

Goiania/GO, 23 de abril de 2026.

César Augusto Sotkerviene Moura
 CONSELHEIRO

Rafaela Avelar De Queiroz
 CONSELHEIRA

Wellington Matos De Lima
 CONSELHEIRO

Balanço na Íntegra através do link:

<https://hoje.com/publicidade-legal/▶-goias-fomento-s-a-agencia-de-fomento-de-goias-s-a-relatorio-da-administracao-do-exercicio-de-2025-demonstracoes-financeiras/>



SUÉCIA VEÍCULOS S.A.		RELATÓRIO DA DIRETORIA			
CNPJ: 02.714.977/0001-04 - NIRE 52300010802		Senhores Acionistas			
Rodovia BR-153, Km-515, s/n, Lt-Área 1, Bairro Retiro do Bosque; CEP 74990-728, Aparecida de Goiânia - GO.		Cumprindo determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sª, as Demonstrações Financeiras pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Fluxos de Caixa, Mutações Patrimoniais e Resultados Abrangentes e Notas Explicativas do exercício social encerrado em 31/12/2025, comparativo a 31/12/2024.			
BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025		Aprovamos para agradecer o apoio e a confiança dos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores, os quais foram de valores inesimilável para a obtenção dos resultados.			
		A DIRETORIA			
		(Valores em Reais Mil)			
ATIVO	2024	2025	PASSIVO	2024	2025
CIRCULANTE	544.901	476.149	CIRCULANTE	116.250	38.673
Disponibilidades	109.087	207.378	Fornecedores	18.948	6.462
Duplicatas e Títulos a Receber	152.628	113.599	Empréstimos e financiamentos	66.288	-
Adiantamentos	2.275	3.136	Obrigações fiscais	4.498	6.603
Impostos a recuperar	27.790	7.346	Obrigações trabalhistas e sociais/Provisão	20.715	17.306
Despesas Antecipadas	304	1.940	Adiantamentos de clientes	3.387	4.827
Estoque	252.907	142.750	Outras contas a pagar	2.414	1.455
NÃO CIRCULANTE	115.346	127.729	NÃO CIRCULANTE	38.653	27.710
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	19.310	37.637	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	38.653	27.710
Empréstimos a P. Jurídica	6.763	-	Provisão para Contingências	2.138	1.272
Recursos Judiciais	1.423	1.014	Outras Obrigações	15.202	24.142
Outros Créditos	5.954	33.438	Juros s/ capital próprio a pagar	20.713	2.296
Impostos Diferidos IRPJ/CSLL	5.190	3.185	Locações a Pagar	-	-
PERMANENTE	96.036	89.642	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	505.344	537.045
Imobilizado / Intangível	169.243	178.757	Capital social	90.000	90.000
(-)/Depreciação/Amortização	(73.207)	(89.115)	Reservas Legal	22.355	27.677
TOTAL ATIVO	660.247	603.428	Reservas de Lucros	244.933	271.312
			Reservas Incentivos Fiscais	148.056	148.056
			TOTAL PASSIVO	660.247	603.428

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS		DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
	2024	2025	Método Indireto	2024	2025
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.159.464	1.820.408	Fluxos de caixa das atividades operacionais	122.874	131.185
Vendas Mercadarias e Serviços	2.159.464	1.820.408	Lucro líquido do Exercício	-	-
DEDUÇÕES DE VENDAS	290.331	237.936	Ajustes por:		
(-) Impostos sobre as vendas	197.688	157.294	Depreciação	14.378	16.033
(-) Devoluções e Descontos	92.643	80.642	Provisão (Reversão) para Contingências	905	866
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.869.133	1.582.472	Provisão Obsolescência dos Estoque	470	460
(-) Custo Vendas Mercad e Serviços.	1.597.199	1.328.995	Provisão p/ Crédito Liq. Duvidosa	(681)	94
LUCRO BRUTO	271.934	253.477	Provisão IR CSLL Diferido	(1.184)	2.005
(-) Despesas com pessoal	60.861	56.798	Baixa/Venda Ativo Imobilizado	5.349	295
(-) Despesas com vendas	17.646	20.347	(Aumento)/redução em contas a receber	(40.668)	39.123
(-) Despesas Adm e Gerais	47.978	48.923	(Aumento) redução nos estoques	(131.062)	109.597
Outras receitas operacionais	29.195	34.272	(Aumento) redução de impostos a recuperar	17.830	20.444
RESULTADO ANTES REC/DESP. FINANC	174.644	161.681	(Aumento) redução outros valores a receber	3.141	3.437
Receitas financeiras	17.449	27.117	(Aumento) redução depósitos judiciais e Outros	(6.743)	33.029
(-)/Despesas financeiras	28.368	28.217	(Redução) aumento em fornecedores	(10.534)	10.466
(+) Reversão Juros Capital Próprio - JCP	14.500	24.750	(Redução) aumento impostos e contrib a recolher	3.975	1.304
RECEITAS/DESP. FINANC. LIQ	3.581	23.650	(Redução) aumento do adiantamento de clientes	923	1.440
RESULTADO OPERACIONAL	178.225	185.331	(Redução) aumento do contas a pagar	22.776	(11.036)
(+) IR e CSLL Exerc. Corrente	56.535	52.141	Caixa proveniente das operações	1.749	358.742
(+) e (-) IR e CSLL Diferidos	(1.184)	2.005	Fluxos de caixa atividades de investimento		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	122.874	131.185	Aquisição de Ativo Imobilizado	(42.129)	(9.934)
Nº de Ações Ordin. Nominativas	90.000	90.000	Caixa líquido das atividades de investimento	(42.129)	(9.934)
Lucro Líquido por Ação	1,37	1,46	Fluxos de caixa atividades de financiamento		
			Dividendos recebidos	-	(74.734)
			Pagto/Provisão Juros Capital Próprio	(14.500)	(24.750)
			Empréstimos e Financiamentos	9.867	(69.525)
			Caixa líquido usado nas atividades de financ.	(4.633)	(159.009)
			(=) Aumento (Redução) liq. caixa e equivalentes	(45.013)	189.799
			Caixa e equival. caixa no início do período.	154.110	109.097
			Caixa e equival. de caixa no fim do período	109.097	207.378
			(+) Aumento (Redução) no Caixa e Equival. Caixa	(45.013)	98.281

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTES ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2025						
DESCRIÇÃO	"Valores em Reais Mil"					
	Capital Social	Reservas	Reservas	Reserva de	Lucros ou	Patrimônio
	Integralizado	Legal	Retenção Lucros	Incentivo Fiscal	Acumulados	Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	90.000	16.937	141.977	148.056	-	396.970
Lucro Líquido do Período Destinações:					122.874	122.874
Juros s/ capital próprio creditado/pago					(14.500)	(14.500)
Transf. Lucros para reservas retenção			102.956		(102.956)	-
Reservas Legal		5.418			(5.418)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	90.000	22.355	244.933	148.056	(0)	505.344
Dividendos pagos / provisionados			(74.734)			(74.734)
Lucro Líquido do Período Destinações:					131.185	131.185
Juros s/ capital próprio creditado/pago					(24.750)	(24.750)
Transf. Lucros para reservas retenção			101.113		(101.113)	-
Reservas Legal		5.322			(5.322)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	90.000	27.677	271.312	148.056	(0)	537.045

DESCRIÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			
	Reserva Legal	Incentivo Fiscal	Reserva de Lucros	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	16.937	148.056	141.977	306.970
Constituição de Reservas	5.418	-	102.956	108.374
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	22.355	148.056	244.933	415.344
Constituição de Reservas	5.322	-	26.379	31.701
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	27.677	148.056	271.312	447.045

NOTA EXPLICATIVAS RESUMIDAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES 31/12/2025:

1) CONTEXTO OPERACIONAL DE 31/12/2025
 1.1) A Companhia tem por objeto social: a) Comércio por atacado de caminhões novos e usados; b) Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados; c) Comércio a varejo de automóveis, caminhonetes e utilitários novos; d) Comércio varejo de automóveis, caminhonetes e utilitários usados; e) Comércio varejo de peças e acessórios para veículos automotores; f) Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; g) Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios; h) Comércio varejista de lubrificantes; i) Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar; j) Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; k) Serviços de lavagem ou funilaria e pintura de veículos automotores; l) Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; m) Representação comercial e agente do comércio de veículos automotores; n) Representação comercial e agente do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores; o) Recuperação de pneumáticos usados; p) Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; q) Serviço de torçãonaria para veículos automotores; r) Serviços de preenchimento de cadastros, análise e informações cadastrais; s) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia cotista ou acionista; t) Importação e exportação dos produtos e serviços acima discriminados.

1.2) A Companhia tem sua Sede em Aparecida de Goiânia - GO, cujas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas Completas e Relatório dos Auditores Independentes, estão arquivadas à disposição dos Acionistas e Público em Geral, na sede da companhia em Aparecida de Goiânia - GO.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:
 2.1) As demonstrações contábeis estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, segundo a legislação societária e fiscal adotadas no Brasil, segundo o regime de competência para registro das mutações patrimoniais.
 2.2) Os estoques de peças e acessórios estão avaliados pelo custo médio ponderado; e os estoques de caminhões e ônibus pelo valor unitário de aquisição, todos já devaluado 2% C/MS quando permitido a recuperação.
 2.3) Foi constituído provisão para perda de clientes considerando os títulos vencidos a mais de 120 dias, levado a resultado do exercício.
 2.4) A classificação em curto e longo prazo dos elementos do Ativo e Passivo, foi levado em consideração direitos e obrigações a vencer após o encerramento do exercício seguinte ao da competência.
 2.5) O Lucro Líquido do Exercício 31/12/2025 no balanço, após deduzir os impostos foi de R\$131.185.152,32 (cento e trinta e um milhões, cento e oitenta e cinco mil e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos); dos quais sendo destinado 5% para Reserva Legal, 1% para reservas de dividendos a pagar, e permanecendo o saldo remanescente na conta de reservas de lucros acumulados para futura deliberação dos acionistas.

3) INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO
 3.1) A sociedade não possui investimentos societários em outras sociedades;
 3.2) O imobilizado está registrado pelo custo histórico de aquisição, considerando o valor justo em razão do desgaste pelo uso normal. As depreciações foram calculadas pelo método linear utilizando as taxas estabelecidas na legislação tributária vigente.

4) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 4.1) A Companhia Suécia Veículos S/A tem capital social, inteiramente nacional, subscrito e integralizado de R\$90.000 dividido em 90.000 milhões de ações ordinárias e nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada,